ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CMG (IM) CARLOS EDUARDO LEITZKE PALHARES

MANOBRA DE CRISE: A Possibilidade do emprego do Poder Naval Brasileiro no Entorno Estratégico do Brasil.

Rio de Janeiro

2021

CMG (IM) CARLOS EDUARDO LEITZKE PALHARES

MANOBRA DE CRISE: A Possibilidade do emprego do Poder Naval Brasileiro no Entorno Estratégico do Brasil.

Tese apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para conclusão do Curso de Política e Estratégia Marítimas.

Orientador: CMG (RM1) Marcelo Augusto da Cunha Porto.

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2021

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, CMG (RM1) Marcelo Augusto da Cunha Porto, que desde cedo procurou demonstrar a relevância que possui o tema Crise e Manobra de Crise, me orientando de forma clara e precisa desde o início deste trabalho. Fica aqui meu agradecimento pela sua paciência, ensinamentos, e dedicação que permitiu a transmissão dos conhecimentos obtidos durantes os estudos, a exata compreensão do tema e a elaboração desta Tese.

À minha esposa Geisa, aos meus filhos João Pedro, Luísa e João Felipe, reservo um agradecimento mais do que especial, por terem sempre me apoiado durante todas as etapas do curso tendo, inclusive, sido privados de momentos de lazer para permitir que minha dedicação fosse total na elaboração deste estudo.

RESUMO

O presente estudo tem por finalidade compreender o fenômeno Crise, destacando as suas características, que geram percepções distintas nos decisores envolvidos em eventos dessa natureza. Apesar da Crise ser única, cada ator envolvido pode perceber os eventos de formas diferentes visto que o valor dado ao que é motivo do conflito varia para cada um. As Crises, a depender das decisões do mais alto nível político, podem escalar, estabilizar e distender podendo alcançar o conflito armado que talvez não seja o desejável. Através da Manobra de Crise, se espera que os objetivos políticos sejam alcançados e, se for possível, evitar a escalada das tensões. O Entorno Estratégico do Brasil é considerado área de interesse do Estado Brasileiro e inclui a Amazônia Azul e todas as suas riquezas. A possibilidade de choques de interesses envolvendo Estados na região aponta para a necessidade de ter meios para se contrapor a essas ameaças que podem colocar em risco a soberania do Brasil e sua própria economia. Através da pesquisa de dados, acerca dos Estados localizados nessa região, é feita uma análise da possibilidade de emprego da Marinha do Brasil em evento de Manobra de Crise. Após a comparação dos dados coletados observa-se que a Marinha do Brasil, mesmo com seus principais meios navais já com muitos anos de uso e aliadas as restrições orçamentárias, possui estas plataformas em quantidades superiores a quase totalidade dos demais Estados da região o que, pelo efeito dissuasório, contribui para a não ocorrência deste tipo de evento. As principais ameaças existentes hoje são aquelas que podem ser coibidas com os meios envolvidos na Patrulha Naval, porém isso não deve ser motivo para não se pensar em meios com maior poder de destruição visto que as Crises surpreendem pela sua ocorrência.

Palavras-chave: Crise, Manobra de Crise, Marinha do Brasil, Amazônia Azul e Entorno Estratégico.

ABSTRACT

The present study aims to understand the crisis phenomenon, highlighting its characteristics, which generate distinct perceptions in decision-makers involved in events of this nature. Although the crisis is unique, each actor involved can perceive events in different ways since the value given to what is the reason for the conflict varies for each one. Crises, depending on decisions at the highest political level, can escalate, stabilize, and distend and reach armed conflict that may not be desirable. Through the Crisis Maneuver, political objectives are expected to be achieved and, if possible, avoid escalating tensions. The Strategic Surroundings of Brazil is considered an area of interest of the Brazilian State and includes the Blue Amazon and all its riches. The possibility of clashes of interests involving states in the region points to the need to have the means to counter these threats that could jeopardize Brazil's sovereignty and its own economy. Through the research of data, about the states located in this region, an analysis of the possibility of employment of the Brazilian Navy in a Crisis Maneuver event is made. After comparing the collected data, it is observed that the Brazilian Navy, even with its main marine means already with many years of use and allied to budget restrictions, has marine means in amounts greater than almost all the other states of the region, which, by the deterrent effect, contributes to the non-occurrence of this type of event. The main threats that exist today are those that can be restraining with the means involved in the Naval Patrol, but this should not be a reason not to think of means with greater power of destruction since crises are surprising by their occurrence.

Keywords: Crisis, Crisis Maneuver, Brazilian Navy, Blue Amazon and Strategic Surroundings.

LISTA DE TABELAS

1 - Evolução do PIB, em USD Bilhões, dos Países da América do Sul..... 76

2 - Efetivo das Marinhas de Guerra dos Países da América do Sul Nome da tabela..... 77

3 - Gastos militares, em USD bilhões, dos Países da América do Sul 78

4 - Principais meios navais dos Países da América do Sul – 2021..... 79

5 - Adestramento de Pessoal nos cursos ministrados no CAAML - 2015 à 2019..... 80

6 - Evolução das Despesas Discricionárias, em R$ bilhões, do Comando da Marinha – 2010 à 2019..... 81

7 - Evolução dos principais meios navais da Marinha do Brasil..... 82

8 - Evolução do PIB, em USD Bilhões, dos Países da costa ocidental da África - Entorno Estratégico..... 83

9 - Gastos militares, em USD bilhões, dos Países da costa ocidental da África – Entorno Estratégico..... 84

10 - Principais meios navais dos Países da costa ocidental da África - Entorno Estratégico 2021..... 85

11 - Efetivo das Marinhas de Guerra dos Países da costa ocidental da África - Entorno Estratégico..... 86

12 - Evolução de casos de Pirataria e Roubo armado contra navios - 2015 à 2019..... 87

13 - Evolução das Exportações / Importações, em USD (Valor FOB) do Brasil no período 2015 a 2019..... 89

14 - Principais parceiros comerciais, em USD (Valor FOB), do Brasil no ano 2020 (Exportações)..... 90

15 - Principais vias comerciais, em USD (Valor FOB), do Brasil no ano 2020 (Exportações)..... 91

16 - Índice de Exposição e Capacidade de Resposta a Pesca Ilegal, Não Regulamentada e Não Declarada - América do Sul 92

17 - Índice de Exposição e Capacidade de Resposta a Pesca Ilegal, Não Regulamentada e Não Declarada - costa ocidental da África - Entorno Estratégico 93

18 - Apreensão de cocaína em KG equivalentes - América do Sul..... 94

19 - Apreensão de cocaína em KG equivalentes - costa ocidental da África - Entorno Estratégico..... 95
20 - Índice de impacto de terrorismo - América do Sul 96
21 - Índice de impacto de terrorismo - costa ocidental da África - Entorno Estratégico..... 97

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AJB	Águas Jurisdicionais Brasileiras
DMD	Doutrina Militar de Defesa
DMN	Doutrina Militar Naval
END	Estratégia Nacional de Defesa
LCM	Linhas de Comunicação Marítimas
MB	Marinha do Brasil
MD	Ministério da Defesa
MT	Mar Territorial
PEM	Plano Estratégico da Marinha
PC	Plataforma Continental
PND	Política Nacional de Defesa
SI	Sistema Internacional
ZC	Zona Contígua
ZEE	Zona Econômica Exclusiva

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 10

2 A CRISE 13
2.1 A percepção de ameaça a valores básicos ou vitais 16
2.2 A percepção de surpresa 17
2.3 A percepção de premência de tempo para uma resposta 18
2.4 A percepção de uma situação de tensão 19
2.5 A percepção da possibilidade do uso da força 19

3 A MANOBRA DE CRISE 21
3.1 O controle sobre as decisões deve ser responsabilidade do mais alto nível político 22
3.2 A limitação do objetivo no evento de uma crise 22
3.3 O controle do ritmo das ações 23
3.4 Os canais de comunicação 23
3.5 O fluxo adequado de informações para tomada de decisão 24
3.6 A definição das regras de engajamento 26

4 O PODER NAVAL 32
4.1 A Marinha do Brasil (Poder Naval do Brasil) 40
4.2 Os limites marítimos 42
4.3 O Entorno Estratégico e a Amazônia Azul 43
4.4 As ameaças 44
4.5 A possibilidade de emprego da Marinha do Brasil, em Manobra de Crise, no Entorno Estratégico brasileiro 45
4.5.1 Os Programas Estratégicos da Marinha do Brasil 50
4.5.2 A Diplomacia Naval 57

5 CONCLUSÃO 60

REFERÊNCIAS 65

ANEXO A - Formas de Emprego da Marinha do Brasil 69

ANEXO B – Limites Marítimos 70

ANEXO C – Meios da Marinha do Brasil 72

ANEXO D – Operações / Exercícios Realizados 74

ANEXO E – Tabelas 76

1 INTRODUÇÃO

A globalização é um fenômeno que aproximou não somente as pessoas, mas também os serviços disponíveis, o comércio, o fluxo das informações e da mesma forma os interesses e as relações entre os Estados. Neste contexto foram ampliadas as transações comerciais e buscas por recursos das mais diversas naturezas que antes ficavam limitadas a Estados com os quais se possuía fronteira e que agora se estendem por grandes distâncias permitindo dessa forma que busquem riquezas e defendam seus interesses em espaços antes jamais imaginados.

O século XXI por sua vez contribui para este incremento no relacionamento entre os Estados já que ocorrem diversos progressos nos meios de transporte, nos sistemas de comunicação e nas alianças comerciais o que permite dizer que o mundo ficou um pouco menor e as relações entre Estados muito mais próximas.

Esta proximidade permitiu que na busca de seus diversos interesses alguns choques ocorressem já que os recursos, ou o objeto desejado, sempre foram limitados. A disputa entre Estados centrada na obtenção desses recursos acabam por vezes criando o ambiente propício para conflitos.

Se pensarmos que os Estados possuem formas diferentes de se organizar, ou seja, levando em consideração sua própria cultura, hábitos, religião e formas de Governo, podemos imaginar que a forma de resolução de disputas entre as partes pode ocorrer de maneiras totalmente diversas. Até as experiências passadas influem na resolução destes eventos e na forma como interagem com outras partes. Alguns Estados podem ser mais propensos a escalar as tensões enquanto outros tendem a ser mais cuidadosos negociando as divergências, porém sempre avaliando de forma cautelosa o que está em jogo.

Para Freund (1995) os conflitos são inerentes as sociedades e podem evoluir e terminar de formas diferentes. O autor afirma que as partes em conflito podem recorrer a arbitragens, realizar acordos ou ainda podem terminar com a destruição de uma das partes. Se as relações em sociedade já permitem disputas é razoável afirmar que também possam ocorrer entre Estados e se não forem bem conduzidas podem acabar por gerar danos não desejados para uma das partes. Porém, se cada disputa tivesse como resultado um estágio de tensão que em sua escalada máxima terminaria por resolver a questão através do uso da violência, como pôde a sociedade ter evoluído e os Estados terem sobrevivido no Sistema Internacional (SI)[1] sem terem

---

se destruído totalmente ?

Uma possibilidade talvez tenha sido entender que o uso da violência para resolução de conflitos acaba por exaurir os recursos dos Estados e eventualmente perceber que o que está em jogo nem sempre é de tamanha relevância que justifique uma escalada das tensões.

Portanto, as relações de poder, entre os Estados, é que estão em jogo assim como a ideia de um Estado impor sua vontade a outro. Para Dias (2011) poder é a capacidade de decisão sobre o outro. De uma forma mais contundente Jackson e Sorensen (2013), afirmam que o poder militar é uma condição que garante, nas relações entre Estados, que os mesmos possam se relacionar sem temer que sejam hostilizados ou subjugados.

O uso da violência, como nos diz Freund (1995), tem como consequência descartar outros meios de resolver divergências e que o uso da força seria a última opção, sempre lembrando do valor do que está sendo disputado.

Observa-se que os conflitos não ocorrem de forma tempestiva e sim numa gradação que pode se intensificar até o uso da violência. Já que ocorre um aumento nas tensões nestas relações, o ideal é identificar este desequilíbrio nos níveis iniciais de forma a se propor soluções que podem ser benéficas para as partes envolvidas. Pode-se dizer que entre momentos de paz até a guerra existe um fenômeno denominado como Crise que possui uma lógica própria que mereceu estudo por diversos autores.

Dessa forma será abordado o que vem a ser Crise, entender esse fenômeno pela abordagem de suas características e refletir sobre a possibilidade do uso da força que neste caso será limitada ao emprego do Poder Naval Brasileiro no Entorno Estratégico do Brasil.

Será abordada as características do Poder Naval que permitem que o seu emprego, variando em quantidade e intensidade, seja adequado como forma de pressionar o oponente e, assim, atingir os propósitos do nível político.

O Entorno Estratégico do Brasil, que será definido posteriormente, envolve as Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) com todos os seus recursos e riquezas assim como os países da costa ocidental da África. Além disso, por ser um país costeiro, boa parte do comércio ocorre por via marítima e, dessa forma, é de fundamental importância as Linhas de Comunicações Marítimas (LCM). Estas riquezas, quando ameaçadas, podem atingir nossa soberania assim como a própria economia do país.

---

[1] Sistema Internacional: Para PECEQUILO (2012) este termo denota a ideia de um local caracterizado pela ausência de governo e leis que permitam o estabelecimento de parâmetros para estas relações.
.

Neste contexto é possível ocorrer Crises entre Estados envolvendo nosso País e que seja necessário o emprego do Poder Naval de modo a se obter como resultado a situação mais satisfatória para o Brasil. Portanto, o propósito deste estudo é analisar a possibilidade de emprego do Poder Naval Brasileiro, em Manobra de Crise, no Entorno Estratégico do Brasil. Para atingir este propósito foram estabelecidos os seguintes objetivos: analisar o que vem a ser Crise; analisar o que vem a ser Manobra de Crise e por fim analisar a possibilidade de emprego do Poder Naval, neste caso representado pela MB, em Manobra de Crise, através de dados pesquisados acerca dos países do Entorno Estratégico.

O Capítulo 2 vai definir o que vem a ser Crise na visão de diferentes autores e tentar explicar a sua ocorrência abordando os fatores que as influenciam. Será abordada a definição utilizada neste trabalho que neste caso é a Crise Internacional Político Estratégica.

O Capítulo 3 vai definir Manobra de Crise e suas implicações evidenciando que o resultado esperado, se for o objetivo do mais alto nível político, é obter uma paz vantajosa para as partes.

O Capítulo 4 vai abordar a possibilidade de emprego do Poder Naval, neste caso representado pela Marinha do Brasil, em Manobra de Crise, através de dados pesquisados acerca dos países do Entorno Estratégico.

O Capítulo 5 vai apresentar uma conclusão sobre a possibilidade do emprego do Poder Naval Brasileiro em Manobra de Crise no Entorno Estratégico do Brasil levando em consideração a parte conceitual obtida através da pesquisa de diversos autores sobre o tema Crise.

2 A CRISE

A vida em sociedade permite que os indivíduos interajam uns com os outros em vários momentos. Estes contatos podem ocorrer no trabalho, nos períodos de lazer e ainda em outras atividades do cotidiano.

Em tais contatos pode-se observar que cada pessoa possui percepções diferentes sobre os mais diversos temas e questões que possam ser discutidos. Isso é natural já que os valores, crenças, religião e o próprio ambiente influenciam no modo de vida dos indivíduos e na forma como se relacionam. Quando ocorrem posicionamentos distintos sobre determinado assunto, é possível que uma das partes opte por convencer a outra de que o seu ponto de vista é o correto. Nestes casos, os envolvidos podem chegar a um acordo sobre o assunto ou podem continuar divergindo, cada um com sua opinião e, neste caso surge uma situação de conflito de ideias.

Da mesma forma, a ideia de conflito ocorre entre Estados que, ao tentar defender seus interesses, podem gerar atritos com os demais já que, o que está sendo disputado pode envolver valores considerados vitais para pelo menos um dos envolvidos. Com o fim da Guerra Fria, em que o mundo era alinhado em dois grandes blocos dominados pelos Estados Unidos da América e pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o mundo deixou de ser bipolar e acaba se tornando multipolar e, nesse contexto, surgem novos Estados que também têm interesses e vão defender as suas questões no SI . Estes conflitos, se não bem controlados, podem levar os Estados a guerras que acabam por esgotar seus recursos que geram danos incalculáveis.

Para Freund (1995), o conflito consiste em um confronto intencional entre dois indivíduos ou grupos em que há a presença de uma intenção hostil, já que existe algo que é objeto de disputa e, dessa forma, para se obter, garantir ou restabelecer o que está a ser disputado, podem recorrer à violência.

Já para Chang (1982), a ideia de conflito consiste quando uma das partes adota uma postura incompatível com os desejos e interesses da outra parte. Admite também que os conflitos são inevitáveis e têm como extremos a destruição do oponente de um lado e, do outro, a solução da questão sem o uso de violência. Para a Doutrina Militar de Defesa (DMD) o termo conflito se caracteriza pelo choque de vontades no qual se tem por objetivo chegar a uma solução ou compromisso, e que, o emprego de meios vai depender do poder relativo que os envolvidos possuem, assim como pelo valor atribuído ao que é objeto da disputa (BRASIL, 2007b).

Dessa forma, ao fazer uma análise do que é proposto por Freund (1995), Chang (1982) e pela DMD, observa-se que os conflitos são inevitáveis na sociedade, envolvem objetivos que estão em disputa pelas partes e que têm como extremos a destruição de um lado e a solução sem uso da violência do outro. Já que existem extremos em uma situação de conflito, pode-se afirmar que existe uma gradação na sua intensidade que varia desde a solução pacífica das controvérsias até o uso declarado da violência.

Neste contexto, surge o fenômeno Crise que apresenta características próprias que, se entendidas e bem manobradas, podem gerar resultados distintos vantajosos para ambas as partes já que evita a guerra. O dicionário Priberam[2], somente a título de ilustração, apresenta definições sobre o termo Crise: decisão, julgamento, momento decisivo, conjuntura ou momento perigoso, difícil ou decisivo. De forma muito parecida o dicionário Michaelis[3], apresenta também definições sobre o mesmo termo: momento em que se deve decidir se um assunto ou o seguimento de uma ação deve ser levado adiante, alterado ou interrompido; momento crítico ou decisivo, ou ainda, situação de conflito de extrema intensidade em que estão presentes altas expectativas de uso da violência.

Apesar de dicionários apresentarem definições distintas sobre o assunto, nestes dois casos específicos, pode-se observar que há alguma semelhança no entendimento da questão uma vez que aparece em ambas a ideia de momento decisivo e perigoso. Se a Crise se situa no meio destes extremos, ou seja, entre um estado de não violência de um lado e do outro um estado de violência declarada, é razoável entender que o que está no meio destes dois extremos pode ser caracterizado como um momento decisivo e perigoso visto que esta situação pode mudar muito rapidamente.

Para Hermann (1969), a Crise pode ser definida como uma situação de ameaça a objetivos considerados vitais entre as partes envolvidas, na qual existe restrição de tempo para uma decisão, geralmente de como reagir à situação imposta, e surpreende pelo menos uma das partes pela forma como ocorre, ou seja, não é uma situação que pudesse ser esperada do oponente. Brecher (1979) ensina que, para um evento ser considerado como uma situação de Crise, devem estar presentes os seguintes elementos: uma ameaça a valores considerados básicos em que existe alta probabilidade de envolvimento do componente militar e existe um

---

[2] Consulta feita ao Dicionário Priberam (online). O Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (DPLP) é um dicionário online de português. Compreende o vocabulário geral e os termos das principais áreas científicas e técnicas. Acesso em https://dicionario.priberam.org/crise no dia 29/04/2021.

[3] Consulta feita ao Dicionário Michaelis (online) cujo nome oficial é Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa e está disponível para consulta apenas em formato digital. Acesso em https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=crise1 no dia 29/04/2021.

limite de tempo para dar uma resposta a esta ameaça.

Salmon e Alkadari (1996) afirmam que nas Crises existe o risco acima do normal de possibilidade de violência e que pode ter como resultado a guerra. Estas tensões não podem ser evitadas já que Pecequilo (2012) assegura que a anarquia é a característica básica do SI e que internamente os Estados podem criar e regular todo o modo de vida daqueles que a ele pertençam. Já externamente não existe uma estrutura que controle estes atores e, dessa forma, atritos acabam ocorrendo entre eles, que compõem o SI. Além disso, como diz Deutsch (1982), a Crise é um ponto de ruptura envolvendo diversos resultados que podem ser mais ou menos aceitáveis a depender de como os envolvidos tomam suas decisões.

Diversas características já foram citadas sobre o tema e, portanto, fazendo uma reflexão do que já foi exposto até aqui, seria correto afirmar que as Crises são todas iguais ? Parece que não está certo tendo em vista que existem Crises em que estes elementos não estão presentes. Uma Crise política, uma econômica ou ainda uma social são exemplos de que existem choques de ideias ou pensamentos divergentes sobre um assunto, mas diferem do que já foi acima exposto, pois não existe o risco de envolvimento em guerra. São apenas posturas distintas acerca de determinada ideia que, apesar de pontos de vistas opostos, não faz necessariamente que os envolvidos estejam dispostos a ir além do que o confronto de posicionamentos.

Raza (2014) em seus estudos, percebeu que as Crises possuem externalidades que são comuns a todas elas. De forma genérica, classificou o que observou em tensão, oportunidade, risco e intencionalidade. Já Rosenthal *et al.* (2001) identificam que a complexidade, interdependência e politização são características da Crise e que por isso elas são únicas, sendo distintas de eventos que ocorreram no passado e serão diferentes das que ocorrerão no futuro. Então, é necessário definir que tipo de Crise é a que está sendo abordada. A definição utilizada nessa tese é a de Crise internacional político estratégica, pois é a que ocorre entre Estados, com possibilidade do conflito evoluir para o conflito armado e, dessa forma, facilita o entendimento do tema. Para a DMD, a definição deste tipo de Crise é a seguinte:

> A crise internacional político-estratégica, nesta Doutrina, é definida como um estágio do conflito, entre dois ou mais Estados, em que o desencadeamento proposital de uma situação de tensão visa a alcançar objetivos políticos ou político-estratégicos, por meio da manipulação do risco de uma guerra, com atitudes e comportamentos que indicam ser a situação extrema compatível com razões maiores, quase sempre ocultas ou não explicitamente declaradas. (BRASIL, 2007b, p. 29, grifo nosso).

Ao fazer uma análise mais detalhada da definição do Ministério da Defesa (MD),

pode-se notar que aborda características já mencionadas por estudiosos do assunto. Ao afirmar que é “um estágio de conflito” fica claro o que Chang (1982) já esclarecia de que há extremos em que de um lado ocorre violência e, de outro, não , e neste caminho entre os extremos existe a Crise. Mais adiante, observa-se que há menção a “desencadeamento proposital”, “situação de tensão” e “alcançar objetivos políticos ou político-estratégicos”, que são aquelas externalidades exemplificadas por Raza (2014), ou seja, tensão, oportunidade, risco e intencionalidade.

Ao citar “manipulação do risco de uma guerra”, na realidade, traz para a definição o que Salmon e Alkadari (1996) afirmam de que nas Crises existe o risco acima do normal de possibilidade de violência e pode ter como resultado a guerra. Por fim, ao colocar no texto “situação extrema compatível com razões maiores”, no fundo, está se referindo como já mencionava Hermann (1969) sobre situação de ameaça a objetivos considerados vitais. A Doutrina Militar Naval (DMN), dentro dessa mesma linha de raciocínio, define este tipo de Crise como sendo um conflito em que estão presentes uma ruptura de equilíbrio entre as partes e dessa forma surge um estado de tensão na solução desta questão que pode ter como consequência o conflito armado (BRASIL, 2017a).

Dessa forma, já se pode perceber de forma parcial, baseado no que foi pesquisado até o momento, as principais características de uma Crise: ameaça a valores básicos ou vitais, surpresa, premência de tempo para uma resposta, situação de tensão e possibilidade de emprego do uso da força culminando em um conflito armado.

2.1 A percepção de ameaça a valores básicos ou vitais.

Os envolvidos em uma situação de Crise interpretam de formas distintas o que está “em jogo”. Isto já era uma questão apresentada por Merritt (1982) quando afirma que os líderes responsáveis pelas decisões em uma situação de Crise têm percepções diferentes das ameaças. Portanto, a forma de como conduzir a Crise varia em intensidade pela maneira como os decisores percebem o grau de ameaça. Apesar da Crise ser única, cada decisor a percebe de forma distinta.

Da mesma maneira, Roderick (1983) esclarece que essa percepção ocorre sobre itens de grande interesse para o futuro do Estado que podem envolver recursos energéticos como petróleo, controle de territórios considerados estratégicos ou ainda em áreas de influência que podem possuir em outros Estados. Na visão do autor, este tipo de ameaça é um ponto de ruptura nas relações cotidianas em que existe a preocupação de que a outra parte pode iniciar um ataque para defender o que julga ser prioridade e, portanto, cria no seu oponente a pressão

para um ataque inicial.

No Brasil, ocorreu um episódio que pode ser caracterizado como uma Crise internacional político estratégica que envolveu basicamente dois Estados: Brasil e França, sobre a pesca de crustáceos na Plataforma Continental (PC) Brasileira. Enquanto para a França o que estava "em jogo" eram apenas motivos econômicos, para o Brasil a motivação era a respeito da questão de soberania sobre todos os limites do território do Brasil.

Conforme Dias (2011), a soberania somente existe quando o poder é exercido em toda a sua esfera territorial e a PC faz parte do território do Brasil. Assim, evidencia-se, tomado por exemplo o caso brasileiro, como as ameaças são percebidas de formas diferentes pelos Estados e pelos seus decisores.

2.2 A percepção de surpresa.

Como já demonstrado por Hermann (1969), a Crise surpreende pelo menos uma das partes pela forma como ocorre já que no curso normal dos acontecimentos ela não poderia ser prevista. De igual forma, também é observado por George (1983) quando afirma que as Crises ocorrem de forma inesperada e que o resultado disso é uma surpresa e, ao mesmo tempo, um choque que pode ter efeitos desastrosos no julgamento dos acontecimentos. O que Rosenthal *et al.* (2001) também trazem para a discussão é que a surpresa gera um desconforto nos níveis decisórios uma vez que contamina os responsáveis em conduzir a Crise com ignorância súbita e uma perda devastadora de orientação. Mais além, coloca que esse tipo de ignorância sobre o assunto advém de possível falta de planejamento em como lidar com as Crises até deficiências no processo de informação.

Para Brecher (1979), a surpresa não pode ser vista como uma característica isolada. No entendimento do autor, a ameaça a valores básicos aliada a probabilidade de guerra e a sensação de tempo finito para uma resposta é que gera a surpresa no nível de decisão. Esta surpresa, de acordo com Raza (2014), ocorre com maior ou menor intensidade em função desta ruptura de equilíbrio entre os Estados e depende em qual momento cada envolvido percebe os sinais de que algo não está ocorrendo da melhor forma nesse contexto. Quanto mais cedo estes sinais forem percebidos, parece que reduz a ocorrência da surpresa nessas condições.

Sintetizando o que já foi abordado sobre essa questão, a surpresa paralisa o nível responsável pela condução de uma Crise, pois não era esperado um acontecimento desse tipo na sequência normal de eventos entre os Estados envolvidos e quando acontece a falta de informação do que está ocorrendo dificulta a compreensão e a tomada de decisão que, no

processo da Crise, às vezes deve ser rápido e acaba se tornando lento e impreciso.

2.3 A percepção de premência de tempo para uma resposta.

O surgimento da Crise, por surpreender uma das partes envolvidas e por conter ameaças a valores considerados vitais, desperta o sentimento de que uma resposta deve ser dada em curto espaço de tempo ainda mais porque existe a preocupação da situação escalar[4] e a possibilidade de emprego do componente militar aumentar. Rosenthal *et al.* (2001) detalham que a Crise gera um senso de urgência na resposta e esta é a percepção da premência de tempo para uma decisão. Mais adiante, ele explica que a pressão do componente tempo pode ser tão intensa que pode afetar as decisões racionais dos líderes e dos que planejam em como resolver a Crise da melhor forma.

Taylor e Ralston (1991) analisam que a falta de tempo implica menor quantidade de informações que se tem do oponente ou quando se há abundância de informação, a mesma não acaba sendo considerada em sua totalidade exatamente pela falta de tempo imposta pela lógica da Crise. Dessa forma, o tempo interfere na qualidade das decisões, tendo em um extremo pouca informação que dificulta o detalhamento das intenções do oponente e por outro lado, o excesso dessa mesma informação inviabiliza o processamento de todos esses dados. Neste diapasão, se encaixa a argumentação de Raza (2014) na qual a pressão de tempo leva os decisores a não considerarem todas as opções diplomáticas e canais de comunicações que podem distender[5] a Crise, além de aumentar as chances de percepções incorretas da realidade e, assim, provocar erros no processo decisório.

Ao sintetizar o que já foi abordado, pode-se observar parcialmente que a noção de tempo para resposta ao desafio de uma Crise impõe dificuldades aos decisores quanto à correta percepção do problema já que existe o viés de se aceitar como solução a primeira opção que atenda aos requisitos impostos pelo oponente. A premência de tempo induz a urgência de que é necessário apresentar uma solução rapidamente, o que evita o aprofundamento das questões para se optar por uma decisão tomada com base em diversas informações disponíveis sobre o que está ocorrendo.

---

[4] Para a DMD o termo "escalar" denota a ideia de exercer pressão mais decisiva sobre o oponente. Tem como consequência a percepção de riscos mais elevados.

[5] Para a DMD o termo "distender" está associado a medidas que evitem o uso da força, procurando aliviar tensões e, dessa forma, tentar negociar em níveis mais baixos de hostilidades.

2.4 A percepção de uma situação de tensão.

A percepção de tensão ocorre pela maneira como a Crise evolui, já que pode escalar e evoluir para o conflito armado, que nem sempre é desejável. De certa forma, Roderick (1983) já aborda isso ao comentar que as Crises se iniciam com um nível de tensão elevado exatamente porque os Estados envolvidos têm a percepção de que os interesses que ambas as partes estão disputando são de vital interesse para pelo menos um dos participantes da Crise.

Ele vai um pouco além e afirma que as tensões tendem a aumentar com o desenrolar da Crise, já que neste processo existem ameaças e movimento de componentes militares que os Estados podem se utilizar de forma a concretizarem seus objetivos. A própria definição de Crise já observada acima, admite que nos seus desdobramentos existe o risco de evoluir e se utilizar a força militar, de forma controlada, como maneira de se obter o que se pretende. O problema de se utilizar a força militar como ameaça pode gerar no oponente um erro de julgamento no qual ele percebe que tudo indica que será atacado e, portanto, acaba por atacar primeiro. Ambos, por erro de julgamento na condução da Crise, acabaram por entrar em um conflito armado no qual não se tem certeza se era o que esperavam nos momentos iniciais de negociação.

As Crises, de acordo com Rosenthal *et al.* (2001), possuem alto grau de incerteza sobre os seus desdobramentos e, por isso, aborda-se que a surpresa é uma característica da Crise. De forma análoga, parece possível colocar em discussão que essa incerteza pode gerar ou ainda aumentar a tensão entre os envolvidos, porque não se conhecem inicialmente os motivos e aspirações daquele que iniciou a Crise ou, em um linguajar mais próprio, lançou um desafio[6] ao seu oponente. A tensão já foi comentada acima quando se abordou o que Raza (2014) chamou de externalidade, que seriam, tensão, oportunidade, risco e intencionalidades.

2.5 A percepção da possibilidade do uso da força.

A ideia de se utilizar a força como forma de condução da Crise é entendida como a importância que se dá ao que está “em jogo”. Ao optar por utilizar o componente militar, de forma controlada, gradando a sua intensidade, os envolvidos buscam informar o adversário até que ponto estão interessados em defender os seus objetivos. A ameaça de uso da força ou até mesmo o seu emprego em eventos distintos e controlados geram no adversário a percepção de

---

6 A DMD associa o termo “desafio” a atitudes executadas, de forma proposital, pelo agente provocador com o intuito de explorar uma vulnerabilidade do oponente.

que caso não mude o curso das ações, poderá arcar com consequências que talvez não esteja disposto a bancar. Já foi mencionada essa questão ao abordar a DMN, que incute a ideia de que o alcance de objetivos políticos ou políticos-estratégicos podem ser obtidos mediante à manipulação do risco de guerra.

Ao trazer mais uma vez para a discussão as externalidades propostas por Raza (2014), que são tensão, oportunidade, risco e intencionalidades associada ao conceito estabelecido na DMN, fica claro que um Estado pode deliberadamente aumentar as tensões entres as partes envolvidas visando obter uma vantagem que defina o resultado da Crise a seu favor. Ao manipular a tensão e o risco visando à obtenção de uma oportunidade vantajosa na realidade o que está ocorrendo é a escalada do conflito mediante à manipulação do risco de guerra em um ambiente de incertezas.

O problema nesse pensamento é a escalada irracional do conflito que pode ter como resultado o que Roderick (1983) definiu como guerra inadvertidas, que seriam as que foram iniciadas sem que os decisores esperassem este fato como resultado. Dentro dessa ideia, ele argumenta que esta escalada, que culmina com a guerra, pode ocorrer por erro de julgamentos durante os eventos da Crise, perda de controle sobre os movimentos do componente militar ou ainda por decisões realizadas sob pressão que podem não ter sido a melhor alternativa escolhida. Todos esses fatores contribuem para ter como resultado a guerra que nenhuma das partes esperava.

Quanto mais vitais são os objetivos para os envolvidos, maior a probabilidade de o evento escalar e ser considerada a opção pelo uso da força militar. Neste contexto, Chang (1982) ensina que o emprego da força só deve ser utilizado como forma de proteger objetivos vitais sempre considerando antes do uso da força outras possibilidades no campo da diplomacia para se evitar exatamente este tipo de descontrole que leva à guerra. Fato que corrobora o argumento de George (1991) de que os Estados têm por objetivo sair da Crise de uma forma aceitável, evitando a escalada para a guerra.

Ao compendiar o que foi apresentado nesse capítulo, ficou claro a importância do vem a ser Crise e suas principais características, pois isso permite entender a importância de cada movimento do adversário e procurar uma saída para a situação que possa ser vantajosa para ambas as partes. A escalada irracional da Crise, por diversos erros de interpretação, pode levar a um conflito armado indesejável que acaba por ter consequências incalculáveis para ambas as partes.

3 A MANOBRA DE CRISE

No capítulo anterior, abordou-se a importância de entender o fenômeno Crise, já que, quando percebido nos momentos iniciais, permite que sejam tomadas medidas que evitem o descontrole das ações. Neste capítulo, será posto em questão de como manobrar tal Crise. Para tornar claro o que vem a ser Manobra de Crise, faz-se necessário entender o que a literatura apresenta sobre este termo.

Para Roderick (1983), gerenciar a Crise é a adoção de medidas pelos líderes envolvidos de modo a se evitar a escalada irracional do conflito, evitando, assim, o descontrole e a guerra. De igual forma, Salmon e Alkadari (1996) sustentam que gerenciar uma Crise importa adotar medidas que isolem ou mitiguem os efeitos da Crise, se essa for a intenção do nível político, uma vez que um dos possíveis efeitos da Crise é o descontrole que pode levar à guerra. Será que o correto deveria ser explorar como evitar as Crises e não como gerenciá-las ?

Mas, neste ponto, George (1983) relata que gerenciar a Crise é mais fácil do que evitá-la. Ele baseia a sua argumentação no sentido de que não é possível evitar as Crises já que ela depende das decisões dos atores envolvidos. Em sua argumentação, aborda que se um Estado não está satisfeito com uma situação apresentada, este pode iniciar uma Crise de modo a influenciar o seu oponente a rever a sua posição.

A Crise é, então, iniciada de uma forma incerta, imprevisível e não esperada por isso que afirma que as partes envolvidas podem ser arrastadas para dentro de uma Crise. Nestas condições, as opções seriam a de manobrar com a Crise. Assim, ele direciona os seus estudos nas medidas que podem ser utilizadas para conduzir os eventos até uma situação favorável. A DMD define Manobra de Crise da seguinte forma:

> Manobra de crise consiste no processo de condução da crise e tem por finalidade básica conseguir uma paz vantajosa, evitando que ela evolua para o conflito armado. O processo de condução da crise, refletido nas decisões políticas, deve transcorrer em conformidade com os interesses nacionais e desenvolver-se segundo uma sequência natural de ações e reações, que pode ser dividida em desafio, desenvolvimento e resultados finais. (BRASIL, 2007b, p. 29).

A definição acima já permite depreender que as decisões políticas são que norteiam as ações que devem ser tomadas durante um evento de Crise. Assim, a responsabilidade pela condução das atitudes a serem tomadas é do mais alto nível do poder político.

Salmon e Alkadari (1996) observam que lições foram aprendidas nas Crises passadas, o que permitiu conclusões sobre como manter o controle durante estes eventos. Os autores indicam que existe um consenso que resulta em medidas que inicialmente parecem bem

simples, mas que permite uma reflexão sobre o tema para aqueles que são os responsáveis por decidir como abordar a sequência de eventos que ocorrem em um evento de Crise.

3.1 O controle sobre as decisões deve ser responsabilidade do mais alto nível político.

Já mencionado anteriormente, percebe-se que o objetivo é não deixar dúvidas, no oponente, do que se planeja. O planejamento deve ser centralizado no nível político que, no final, é o responsável pela condução do Estado e é também aquele sobre o qual recairá a responsabilidade pelas decisões tomadas.

A intenção é evitar percepções incorretas do que ocorre, como já abordado no capítulo anterior, e evitar que ocorra uma escalada na Crise, podendo gerar o seu descontrole e consequentemente o agravamento do conflito. Neste ponto, George (1983) deixa claro que ambos os lados devem inclusive manter o controle do uso das opções militares como responsabilidade da mais alta liderança política. O nível político é que vai determinar o emprego e a intensidade das diversas expressões do poder nacional.

3.2 A limitação do objetivo no evento de uma Crise.

Os Estados envolvidos na Crise devem restringir os seus objetivos àqueles considerados vitais. Uma vez atendidas aquelas demandas, devem considerar a Crise como encerrada. Raza (2014) chama a atenção neste ponto quando afirma que as partes devem definir o que está em disputa e criar mecanismos para avaliar quando este objetivo foi alcançado.

Dessa forma, quando se entende que os objetivos a serem alcançados não são ilimitados, isto restringe o emprego da violência, já que os esforços militares para a consecução dos objetivos passam a operar dentro destes parâmetros.

Isso gera, também, no oponente, a percepção de que pode manter o uso da força militar dentro desses níveis e abre caminho para reduzir as tensões e a possibilidade de negociação.

Mesmo que seja possível obter mais vantagens sobre o adversário, o ideal é não recorrer a esta opção, pois pressiona o lado mais fraco, o que gera um incremento na tensão entre as partes, contribuindo para a escalada da Crise. Esta restrição de objetivos é necessária já que Dessouki (1982) enfatiza que os responsáveis por manobrar com a Crise podem ficar empolgados pelos sucessos iniciais na condução dos eventos e dessa forma pensar em expandir ou mudar os seus objetivos iniciais.

Sintetizando, os objetivos não devem ser ampliados, e os decisores devem ficar focados naqueles considerados vitais. Ao agir dessa forma, pode-se dar uma saída honrosa ao oponente.

3.3 O controle do ritmo das ações.

Neste ponto, George (1991) avalia que manter o controle dos eventos e da sua intensidade, assim como estabelecer momentos de pausa de modo a dar chance ao oponente, de refletir sobre quais medidas deva tomar, permite melhor compreensão dos eventos sem o efeito da urgência por uma pronta resposta, o que resulta em decisões mais assertivas na condução da Crise.

Estes momentos em que o ritmo das ações é reduzido, possibilita que opções diplomáticas sejam consideradas, visto que a diminuição da intensidade gera no oponente a percepção de que existe a ideia de se negociar termos para a resolução do conflito. Fato que Raza (2014) aborda como o controle do tempo em Crise, já que o aumento ou diminuição dos ciclos de tomada de decisão influencia as decisões dos atores.

Ao reduzir o ritmo das ações, os envolvidos têm a chance de efetuar uma avaliação precisa de cada movimento e, assim, pode surgir a abertura de caminhos para uma negociação.

3.4 Os canais de comunicação.

Como já abordado no capítulo anterior, a incerteza é uma das características da Crise, que gera uma ansiedade e tensão pelos movimentos do adversário. É comum, durante os eventos de Crise, a dificuldade de entender as intenções do oponente, e esta imprecisão pode gerar entendimentos incorretos e decisões que escalem o conflito.

Mesmo que os partidos envolvidos tenham instituídos gabinetes de Crise, para assessorar o nível político a tomar as melhores decisões, é possível que, em alguns casos, a imprecisão não seja esclarecida e, neste ponto, George (1983) observa que, para evitar erros, é importante que os partidos envolvidos mantenham canais direto de comunicação para facilitar as negociações.

De forma similar, Raza (2014) aponta que a manutenção de canais de comunicações permite o perfeito entendimento da situação, evitam erros de interpretação e abrem espaço para aliviar as tensões.

Para que as opções acima tenham sucesso, é preciso ter uma exata noção do

adversário e quais são suas reais intenções no evento de uma Crise. Para se ter esta informação, é necessário ter uma consciência situacional de tudo o que ocorre no entorno de determinado Estado de modo que pequenos sinais que precedem a Crise possam ser percebidos. Assim o papel da inteligência é fundamental, como será analisado a seguir.

3.5 O fluxo adequado de informações para tomada de decisão.

Um sistema que forneça o mapeamento de tudo o que acontece ao redor de determinado Estado e nas suas áreas de influência, permite ao mais alto nível decisório ter elementos para a tomada de decisão no caso de ocorrência de uma Crise.

George (1991) aponta que os serviços de inteligência são fundamentais no processo de Manobra de Crise. Na verdade, eles acabam por fornecer um alerta antecipado do que ocorre no entorno de determinado Estado, quer sejam por motivações políticas, econômicas e sociais ou ainda movimentações militares.

Essa compilação de dados produz um cenário com as informações mais relevantes do oponente. Já se observou que prevenir Crises não é fácil e, já abordado, que Estados podem ser arrastados para uma Crise. Neste caso, as informações servem para serem utilizadas no curso das ações durante a ocorrência de um evento dessa natureza. Obter conhecimento sobre determinado Estado, diminui a incerteza sobre os motivos que levaram as partes para um evento de Crise.

Surge, então, o seguinte questionamento: Por que ainda existe a ocorrência de Crises se os sistemas de inteligência podem alertar o que está ocorrendo no seu entorno estratégico ?

Uma possibilidade é a falha na captação de informações do que ocorre no ambiente em que se está inserido. Outra possibilidade é a burocracia que existe para que as análises feitas pela área de inteligência sejam encaminhadas para o nível decisório de forma tempestiva. As análises podem ser feitas, mas não chegam ao mais alto nível político no tempo necessário para a tomada de decisão. O excesso de compartimentação das informações acaba por engessar o bom fluxo de informação.

Um fato que também contribui para esta falha ocorre quando o nível decisório já possui uma ideia do que está ocorrendo e, neste caso, os responsáveis pelos setores de inteligência acabam evitando fornecer informações que não corroboram com o que o nível político pensa a respeito do evento Crise.

Na tentativa de não gerar conflito entre as informações existentes e o que pensam

os decisores, estas acabam por não serem levadas para conhecimento daqueles responsáveis pela condução da Crise. Dessa forma, conhecimentos que poderiam auxiliar no processo decisório acabam sendo ignorados.

Por outro lado, Taylor e Ralston (1991) argumentam que o excesso de informações acaba por gerar uma sobrecarga de relatórios que acabam não sendo lidos pelos níveis decisórios. As vezes, nem os analistas da área de inteligência possuem capacidade e tempo para processarem e produzirem relatórios de inteligência no tempo adequado para as decisões.

Portanto, temos uma ambiguidade, já que, de um lado, a falta de informações dificulta a tomada de decisão pela carência de elementos mínimos acerca do oponente e da própria situação geral. Ao mesmo tempo, a outra argumentação se concentra na capacidade de não conseguir processar todos os dados obtidos pelas diversas fontes de dados.

Conforme Stein (1979), as Crises envolvem o risco de ocorrência de guerras e, portanto, isso gera nos decisores uma pressão pelos acertos nas medidas a serem tomadas. Ela discorre que se aqueles responsáveis por manobrar com a Crise fossem detentores de informações precisas sobre os acontecimentos e pudessem avaliar de forma concreta as consequências de suas opções, o processo decisório seria simples.

Porém, a complexidade das Crises, já vistas no capítulo 2, aliadas aos elementos de ambiguidade e incerteza, não permitem um grau adequado de informações para a tomada de decisão em curto espaço de tempo. O processo de tomada de decisão na Manobra de Crise é complexo. Portanto, decidir nestas circunstâncias, envolve escolhas complicadas em que as informações não são todas conhecidas, o que gera um processo de stress nos decisores, o que pode dificultar que as escolhas sejam as melhores possíveis, visando obter uma paz vantajosa.

Observou-se acima que a falta ou excesso de informações dificulta o processo decisório e a pressão aumenta exatamente pelo risco que cada decisão possui de escalar, estabilizar[7] ou distender a Crise.

Fica o questionamento se efetivamente é possível a tomada racional de decisão durante a ocorrência destes eventos, exatamente por ter que decidir questões que podem levar à guerra em curto espaço de tempo e com várias lacunas sobre oponente, ou do contexto da Crise, que não se conhece.

Essas dificuldades são consequências de algumas externalidades propostas, e já comentadas por Raza (2014) abordadas no capítulo anterior no qual afirma que toda Crise

---

[7] A DMD associa o termo “estabilizar” a medidas que mantenham o status quo, a fim de aguardar conjunturas mais favoráveis.

possui elementos de tensão, oportunidade, riscos e intencionalidades.

Assim, o que pode ser feito para mitigar este tipo de ocorrência é manter uma consciência situacional permanente do que ocorre no entorno estratégico de cada Estado. Isso pode não permitir a prevenção das Crises, mas ajuda a ter uma boa noção dos possíveis oponentes e das possíveis motivações de conflitos e, dessa forma, facilitar os decisores quando ocorrer a necessidade de efetuar escolhas, em um processo de Manobra de Crise.

3.6 A definição das regras de engajamento.

Uma das opções do nível político para atuar na Manobra de Crise é utilizar-se da expressão militar do Poder Nacional que, neste estudo, é limitado ao emprego do Poder Naval. Porém antes, é necessário definir como o componente militar vai poder atuar na Manobra de Crise de forma a se obter uma paz vantajosa para ambas as partes.

Como já visto, o nível político é o responsável pela tomada de decisões na Manobra de Crise, já que sobre ele recai toda a responsabilidade sobre a condução dos eventos. Portanto, é correto que defina quais as opções que serão empregadas, em quantidade e intensidade, de modo a deixar claro a importância do que está em jogo. A DMN define regras de engajamento da seguinte forma:

> As Regras de Engajamento (RE) ou "Rules Of Engagement" (ROE) caracterizam-se por uma série de instruções pré-definidas que orientam o emprego das unidades que se encontram na área de operações, consentindo ou limitando determinados tipos de comportamento, em particular o uso da força, a fim de permitir atingir os objetivos políticos e militares estabelecidos pelas autoridades responsáveis. (BRASIL, 2017a, p. 2-2).

Para evitar erros de interpretação na condução da Manobra de Crise e evitar que o componente militar adote posturas que nem sempre poderão refletir as reais intenções dos decisores, é ficar evidente que o nível político é quem deve definir as regras de engajamento.

George (1991) explica que, na Manobra de Crise, a lógica a ser utilizada é a mesma da diplomacia, ou seja, nas negociações, tentando se obter uma solução para as partes e evitando o conflito armado.

Essa lógica difere a da militar que tem por objetivo vencer o adversário ou em certos casos acabar por destruí-lo. Se a Manobra de Crise visa conduzir as ações para mitigar as tensões e se obter uma solução, não parece adequado o uso de força militar de forma descontrolada para se obter a vitória. Caso isso ocorra, pode aumentar as tensões e ter como resultado o conflito armado que não se quer, já que acaba por exaurir os recursos de ambos os Estados.

Isso gera uma ambiguidade visto que a lógica da diplomacia não possui poder de pressão para mudar a motivação do oponente. Por outro lado, a lógica militar, que possui poder de pressão, pode não ser utilizada de modo limitado a fim de atender as aspirações dos decisores.

George (1991) aborda esta questão afirmando que o componente militar deve agir subordinado aos interesses do nível político e, dessa forma, será uma ferramenta para emprego de forma limitada, visando alcançar estes objetivos.

A sua argumentação se baseia na diferença que existe na estratégia militar convencional e na estratégia político-militar. A estratégia militar convencional está focada na utilização dos instrumentos militares à disposição do Estado da forma mais eficiente possível com o objetivo final de gerar danos ao oponente e, dessa forma, conquistar o objetivo militar.

Na estratégia político-militar, o que se percebe é a utilização de diversas opções à disposição do Estado para que interfiram no campo político, econômico ou social do oponente de modo que reveja a sua posição. Nestas opções, está incluída a força militar. Desse modo, o segmento militar não é utilizado de forma isolada, entretanto em um ambiente integrado visando ao atingimento das metas do nível político.

Logo, o modo de utilizar o componente militar deve ser controlado de forma que seu emprego seja de forma limitada. A definição das regras de engajamento, pelo nível político, vai estabelecer em que momentos, em que quantidades e em que intensidade as forças militares serão empregadas. Assim, o nível decisório garante que medidas excessivas não serão utilizadas pelas forças militares.

De igual forma, o componente militar tem respaldo para operar dentro de certos limites e evitando que seja imputada a culpa pela escalada do conflito, caso ocorra um descontrole nas negociações.

Além disso, Chang (1982) reforça essa ideia ao propor que o uso da força deve ser feito com cautela, sabedoria e de forma controlada. A sua lógica parece ser a de que o instrumento militar é uma opção dentre outras existentes na diplomacia e já visto acima. Na Manobra de Crise, o uso da força deve ser utilizado naqueles objetivos considerados vitais, evitando ações com o simples intuito de provocar o adversário.

James Cable (1994) afirma que a força naval pode ser utilizada de forma controlada para aplicar pressão no oponente e assim atingir os objetivos esperados pela diplomacia. Ele chega a definir quatro modelos de emprego limitado do uso da força pelo componente naval. São eles: força definidora, força propositiva, força catalítica e, por fim, a força expressiva.

A força definidora é uma modalidade de emprego limitado da força na qual uma das partes cria um fato consumado para o oponente que, para se contrapor a esta situação, deve

usar uma força acima da que foi empregada para resolver a contenda. Assim, cabe ao desafiado a resposta à situação imposta. De qualquer forma, isso abre espaço, ainda que de forma forçada, para a negociação.

Já a força propositiva é uma modalidade de emprego limitado da força na qual se induz o desafiado a tomar uma decisão que não seria uma opção a ser considerada caso não ocorresse este desafio. A aplicação da força por si só não tem efeito algum, porém induz as ações no oponente. Portanto, estamos diante de uma possibilidade na qual o uso da força só atinge o seu propósito com a cooperação do oponente. Este tipo de força induz atitudes que podem ser percebidas como de cooperação com o desafiante que não seriam consideradas em outras circunstâncias.

A força catalítica é uma modalidade de emprego limitado da força na qual a sua presença reforça um comportamento já em andamento. É uma ação de presença que reforça atitudes já tomadas e dessa forma se desenrolam satisfatoriamente ao desafiante. Ela acelera o processo que já está ocorrendo.

Por fim, a força expressiva é uma modalidade de emprego limitado da força na qual se reforça comportamentos e atitudes. É uma opção na qual se dá credibilidade a discursos realizados pelo nível diplomático.

Todas as modalidades citadas acima possuem uma gradação no seu emprego, que é limitado pelas regras de engajamento definidas pelo nível decisório. Assim, foi observado de como empregar a força de forma limitada para obter os objetivos definidos pelo nível político.

George (1991) faz uma análise um pouco distinta ao sugerir que existem estratégias para serem utilizadas na Manobra de Crise que oferecem níveis distintos de emprego da força. Ele discorre que existem à disposição dos decisores estratégias que classificou como ofensivas e defensivas. Nas ofensivas, seriam aplicadas medidas militares em que a percepção da intensidade do uso da força gera no oponente uma sensação de ameaça, ou seja, escala o conflito de forma controlada visando obter o seu objetivo final. De maneira inversa, ele define também que existem estratégias defensivas que apresentam respostas de intensidade igual ou menor as ações desencadeadas pelo Estado desafiante.

Ao fazer uma análise das questões apresentadas por James Cable (1994) e George (1991), pode-se perceber que as estratégias definem o modo como a força será empregada e, portanto, uma vez definida como será conduzida as ações na Manobra de Crise, fica faltando somente estabelecer as regras de engajamento de modo a definir para o componente militar, em quantidade e intensidade, em que momentos e sob quais regras o uso da força está autorizado.

Em certos casos, George (1991) afirma que as regras de engajamento foram tão

restritivas que colocaram em risco a própria força naval que atuava em Manobra de Crise. A restrição visa utilizar a força militar como elemento de pressão de modo que as ações não sejam consideradas excessivas, gerando danos, além dos necessários. Quando ocorre uma falha na definição dessas regras, podemos ter como consequência a própria destruição da força militar empregada.

Por outro lado, regras muito amplas permitem ao componente militar o emprego da força em situações que não foram muito bem definidas e podem gerar o aumento da violência e do próprio conflito. Portanto, é de fundamental importância que o nível político defina com precisão as regras de engajamento para que, nos níveis operacionais e táticos, os elementos responsáveis pelo emprego da força possam se planejar de forma adequada.

Para Raza (2014), a Manobra de Crise não oferece um manual que aborde como conduzir as ações, porém ele propõe práticas que aumentam as chances de sucesso nas negociações.

Muitas das posturas que ele propõe já foram abordadas acima, cabendo complementar, como relevante, o fato de que as medidas de dissuasão ou de coerção devem ter credibilidade para que o oponente se convença de que caso não mude o rumo dos acontecimentos, pode vir a ser vítima de danos impostos pela outra parte. Para se ter credibilidade, é necessário ter uma força pronta, em meios e pessoal, capaz de ser empregada na Manobra de Crise.

Acrescenta também a importância de ter o suporte da opinião pública para dar apoio às ações que estão sendo implementadas e, por isso, o papel da mídia é fundamental. O apoio interno e externo na condução dos eventos aliados ao posicionamento da mídia aumenta o poder de pressão sobre o oponente.

A influência da mídia citada acima por Raza (2014) acaba sendo totalmente impactada por alguns componentes que Meisel (1982) detalha como sendo fatores que condicionam a maneira como os eventos são reportados: a natureza da própria Crise; as condições sociopolíticas que envolvem a questão; a própria estrutura das empresas de comunicações e as tecnologias disponíveis que podem ser empregadas pela mídia. Estes elementos influem em como a mídia percebe o que ocorre e define como será reportado para o mundo. Assim, limitam a forma e o alcance de como os fatos são apresentados aos demais atores.

Pode ocorrer que aquele que reporta os eventos também tenha um posicionamento ideológico sobre os acontecimentos, ou seja, a questão se torna ainda mais complexa caso os fatos não sejam simplesmente noticiados, sendo apresentados com o posicionamento ideológico

da própria empresa. A precisão e a profundidade de como a mídia reporta os eventos depende se há alguma questão ideológica em jogo, pois isso pode gerar distorções na disseminação da informação em um evento de Manobra de Crise, influenciando os atores envolvidos na questão. Porém, com todas essas limitações que podem ocorrer, o papel da mídia é fundamental para os esclarecimentos e disseminação dos conhecimentos sobre o assunto.

De modo a sintetizar o que já foi visto até o momento, evidenciaram-se, no capítulo 2, as características da Crise e, neste capítulo, descreveu-se como efetuar a Manobra de Crise levando em consideração alguns fatores acima que evitam o descontrole nas ações.

Portanto, a Manobra de Crise deve levar em consideração que o controle das decisões deve sempre ser atribuído ao nível político para evitar erros de entendimento. De igual importância é observar que os objetivos devem ser limitados ao que efetivamente é vital para ambas as partes, evitando ampliação destes objetivos.

Também é necessário ter controle no ritmo das negociações para dar ao oponente o tempo necessário para as escolhas serem feitas. De igual forma, é necessário que os canais de comunicação entre as partes estejam sempre abertos para que dúvidas possam ser esclarecidas pelos níveis decisórios de ambas as partes.

Além disso, abordou-se que, para facilitar o processo decisório, é necessário um correto fluxo de informações, visando orientar as decisões e, por fim, para evitar escalada das Crises, as regras de engajamento devem ser bem definidas para que os movimentos militares estejam em consonância com o que é esperado pelo nível político. Ainda detalhou-se a importância do papel da mídia e da necessidade de uma força militar crível para exercer pressão no oponente.

As ideias apresentadas pelos diversos autores se coadunam com o previsto na DMD, já que o referido documento orienta que no planejamento das ações para a Manobra de Crise, aspectos devem ser considerados que podem ser expressos da seguinte forma: 1) Não negociar objetivos nacionais; 2) Controlar o próprio comportamento de modo a evitar emoções que distorçam a compreensão da realidade; 3) Evitar escalada da violência, mantendo o mais alto nível decisório no comando de todas as medidas a serem implementadas; 4) Não efetuar mudanças nos objetivos, seja aumentando ou diminuindo-os; 5) Manter sempre o oponente com opções durante a negociação; 6) Influir na opinião pública nacional e internacional de modo a tornar evidente os interesses do Estado, buscando apoio nos demais atores; 7) Estabelecer canais diretos de comunicação, evitando, dessa forma, erros nas percepções já que se torna possível esclarecer ambiguidades; 8) Manter controle no ritmo da condução dos eventos, permitindo a ambas as partes analisarem as suas opções; 9) Manter rígido controle sobre as informações que

podem ser disseminadas de modo a não atrapalhar as estratégia de negociação; 10) Empregar o componente militar de maneira firme, levando em consideração os objetivos que estão em jogo; e, por fim, considerar todas as expressões do Poder Nacional para exercer pressões no oponente de modo que reveja suas decisões. Enfim, o objetivo final é atingir o propósito do nível político e, se for possível, assegurar uma paz vantajosa para ambas as partes (BRASIL, 2007b).

4 O PODER NAVAL

Nos dois capítulos anteriores, foram detalhados conceitos de Crise e de Manobra de Crise na visão de alguns autores. Aqui, a proposta é abordar a importância do Poder Naval e como ele pode ser utilizado em Manobra de Crise, à luz de conceitos já abordados.

Para a DMN, o Poder Naval possui a seguinte definição:

> Poder Naval é um dos componentes da expressão militar do Poder Nacional e integrante do Poder Marítimo, capaz de atuar no mar, nas águas interiores e em certas áreas terrestres limitadas de interesse para as operações navais, incluindo o espaço aéreo sobrejacente. [...] O Poder Naval compreende os meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais; as infraestruturas de apoio; e as estruturas de comando e controle, de logística e administrativa. (BRASIL, 2017a p.1-4 à 1-5).

Para se ter a exata compreensão do Poder Naval, inicialmente, é necessário destacar que, ao se observar o globo terrestre, verifica-se que a maior parte é composta por uma massa líquida, ou seja, os oceanos. Enquanto os Estados são limitados por suas fronteiras terrestres, que limita a sua soberania naquele espaço, no mar, existe a livre navegação por onde transitam os navios, sejam eles mercantes ou de guerra.

Esta liberdade só existe no mar devido a convenções que definem limites marítimos de cada Estado e que serão abordados aqui. É tema de discussão já que nessas convenções somente estão sujeitos a essas regras, àqueles signatários delas.

Till (2009) observa que o mar possui quatro atributos que, em sua visão, podem ser definidos como: fonte de recursos, meio de transporte, fonte de informação e, ainda, fonte de poder e domínio. Portanto, a forma como cada Estado enfatiza cada um destes atributos pode definir a postura que deverão ter para defender os seus interesses no mar.

Já que o mar é fonte de recursos, que permitem aos Estados aumentarem suas riquezas, é natural que seja o espaço em que podem ocorrer tensões e disputas, deflagrando Crises que podem culminar no conflito armado. Este balanceamento entre explorar recursos e ter capacidade de defendê-los, pode ser o componente que define o dimensionamento de um Poder Naval que esteja preparado para ser empregado nessas questões.

Como fonte de recursos, o autor indica que o mar foi fonte de proteínas, ao longo da história, na alimentação para povos costeiros, já que, a obtenção deles, através da pesca, garantia a subsistência destas populações. Obter os recursos do mar, como fonte de proteínas, para alimentação, era considerado mais fácil, através da pesca do que obter os mesmos recursos através da caça, porém, não menos perigoso.

Até hoje, o mar apresenta recursos que são disputados por Estados, principalmente, como petróleo e gás, devido ao seu valor e impacto na economia, e que serão vistos posteriormente.

Como forma de transporte, o mar era e ainda é utilizado como meio em que se faziam trocas entres as diversas economias. O incremento do comércio, através do mar, permitiu o desenvolvimento de regiões costeiras e de Estados. O mar une as faixas de terra e assim permite que os navios possam se deslocar a grandes distâncias sem a necessidade de atravessar diversos países e suas fronteiras. Esta vantagem não ocorre caso esse comércio fosse realizado por terra, já que, pelo mar, pode-se operar livremente dentro do conceito de livre navegação.

Como fonte de informação, Till (2009) esclarece que o comércio permitiu também que, além de mercadorias, fosse também feito um intercâmbio de ideias ao interagir com povos de outras regiões, o que permitiu também a troca de informações sobre questões de navegação. O comércio permitiu, através dos mares, a troca destas informações e de mercadorias em locais totalmente distintos e afastados. Assim, permitiu o desenvolvimento de novas rotas comerciais; mais a frente, será abordado como sendo as Linhas de Comunicações Marítimas (LCM).

Por fim, como fonte de poder e de domínio, detalha que Estados costeiros sempre tiveram a preocupação de manter fortificações ao longo da costa para evitar ataques de invasores vindos pelo mar. Por outro lado, esses mesmos Estados, por serem costeiros, puderam observar a possibilidade que os oceanos ofereciam, e podiam, através dele, lançar-se ao mar para dominar outras regiões.

Esses fatores observados por Till (2009) mantêm sua importância até os dias atuais. Os oceanos continuam sendo fontes de recursos, meio de transporte, fonte de informação, fonte de poder e de dominação.

A exploração de recursos vivos e não vivos dos oceanos continua sendo fonte de riquezas seja pela exploração da pesca, recursos minerais ou petróleo dentro de seus limites marítimos. Como meio de transporte e comércio, as linhas de comunicação marítimas permitem que as trocas de riquezas entre os povos continuem fluindo.

Da mesma forma, os oceanos continuam sendo utilizados por Estados costeiros como fonte de informações e de domínio através do seu Poder Naval. À medida que recursos são descobertos e obtidos do mar, surge a necessidade de proteger esses interesses que podem ser objeto de cobiça de outros atores.

O desenvolvimento de um Poder Naval acaba se tornando uma realidade de modo a se contrapor a ameaças por disputas de recursos limitados.

Bekkevold e Till (2016) sustentam que a manutenção da boa ordem no mar, ainda

hoje, é desafio para os Estados e envolvem ameaças diversas, como pirataria, terrorismo marítimo, tráfico de drogas, pessoas e armas, pesca desordenada e questões ambientais que, cada vez mais, serão questões levadas em consideração no planejamento das atribuições de seu Poder Naval. Assim, Estados que não possuem um Poder Naval capaz de fazer frente a essas ameaças correm o risco de ter que aceitar que suas riquezas no mar, tráfego marítimo e demais ilícitos sejam explorados por outros atores, sejam eles estatais ou não-estatais.

Stavridis (2017), da mesma forma, aborda as ameaças que desafiam a boa ordem no mar. Porém, em sua narrativa, afirma que as que têm maior impacto e que geram as maiores dificuldades são as relacionadas à pirataria, pesca e ao meio ambiente.

No caso específico da pirataria, o autor afirma que esse tipo de ilícito envolve desde pequenas embarcações de turismo até navios mercantes com alta capacidade de transportar cargas. O objetivo é reter os navios e suas tripulações e, dessa forma, obter altos valores financeiros em resgates. De acordo com o autor, os custos globais com a pirataria envolvem valores entre 15 a 20 bilhões de dólares.

São custos com aumento dos valores de seguros, os valores envolvidos em resgate, os valores pagos com a contratação de segurança armada, dependendo do país, para atuar na defesa dos navios, a utilização de rotas alternativas para evitar zonas com altos índices de pirataria. Tudo isso acrescido de custos para adaptação dos navios para que possuam capacidade de atuar contra o ataque dos piratas como a implantação de barreiras físicas, como concertinas, para evitar a abordagem de navios por piratas, assim como redes de jatos d'água para evitar a aproximação destes navios. Os custos são elevados, pois, em alguns casos, ainda são necessários computar aqueles com o envio de navios de guerra para atuar em operações contra a pirataria.

Nesse ponto, o autor aborda a importância de se ter um Poder Naval para que os Estados tenham capacidade de se contrapor a esse tipo de ameaça. A presença de navios de guerra, como fragatas ou "destroieres", com helicópteros embarcados, permitem a varredura de uma imensa área e assim podem fazer frente à questão da pirataria, seja atuando para reprimir atos desta natureza, apreendendo suas embarcações e tripulações, ou até mesmo destruindo suas embarcações.

A segunda maior ameaça é a que envolve a pesca, seja ela ilegal ou irregular. De acordo com Stavridis (2017), esse tipo de atividade ameaça os estoques mundiais de peixes já que ocorrem em momentos em que esta pesca é proibida. Isso pode gerar o colapso da pesca produzindo prejuízos financeiros de alto impacto. A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNITED NATIONS, 1982) regula os limites marítimos dos Estados. Estes

limites serão abordados posteriormente, porém, no momento, cabe destacar que cada Estado procura controlar as atividades que ocorrem em sua Zona Econômica Exclusiva (ZEE) no que concerne a atividade de pesca nessas áreas.

A atividade de pesca ilegal ou irregular, além de ocorrer em épocas que não são permitidas, em alguns casos, ocorrem dentro dos limites marítimos dos Estados e, dessa forma, é necessário um Poder Naval que possa oferecer resistência ou que possa reprimir esse tipo de atividade. A atividade ilegal pode ser exercida de forma isolada por atores, em busca somente de riquezas, ou por Estados que disputam recursos com outros atores que não dispõem de Poder Naval com efeito dissuasório para reprimir essas atividades. Assim, uma simples atividade como a pesca pode acabar por gerar Crises entre Estados por disputas de riquezas dentro de seus limites marítimos.

Por fim, a última ameaça que considera como relevante é a degradação do meio ambiente. A poluição, por derramamento de óleo, pode afetar todo ecossistema local, acabando por comprometer recursos vivos, principalmente, a pesca, na área dos limites marítimos de cada Estado. Acaba por gerar danos à economia que podem ter reflexos nos níveis de emprego e riqueza de um país. A fiscalização, através de um Poder Naval crível, que gere efeito dissuasório, pode impedir que esse tipo de situação ocorra.

Já detalhado, no capítulo de Manobra de Crise, que o Poder Naval pode ser empregado como componente do Poder Militar já que, este último, é uma das expressões do Poder Nacional. A força militar, empregada de forma conjunta com a diplomacia, permite exercer pressão no oponente em caso de Crises.

Os recursos de um Estado podem ser objeto de interesse por outro Estado em função do valor que cada parte entende nas disputas. O Poder Naval pode exercer pressão para que desistam dessas rivalidades antes que um conflito armado acabe por se tornar inevitável.

Nesse contexto, Bekkevold e Till (2016) ainda complementam que as Marinhas podem realizar diversas tarefas dentro do espectro do emprego da força variando a sua intensidade desde a diplomacia até efetivamente a coerção. Assim, essa gradação permite o exercício de diversas atividades que variam desde a manutenção da segurança marítima até a aplicação de leis e regulamentos, caso sejam necessários. Essas possibilidades de emprego visam à manutenção da boa ordem no mar de modo que os Estados possam utilizá-lo nas quatro formas já expostas acima.

Por outro lado, as Marinhas podem, devido às suas características, alterar as suas tarefas de modo que seu emprego em tempo de paz possa ser rapidamente configurado para emprego em combate. Essa é a ideia que foi expressa acima, de que as Marinhas atuam no

espectro do uso da força. Isso corrobora o pensamento de James Cable (1994) quando aborda as estratégias de uso da força que podem ser empregadas pelo Poder Naval.

Ao que tudo indica, o Poder Naval é passível de ser empregado em uma gama de atividades diferentes, gradando a sua quantidade de meios e a intensidade no uso da força. Portanto, o emprego em diferentes tarefas e o seu uso balanceado entre atividades de paz e atividades em conflito depende exclusivamente de como o poder político entende a necessidade de defender interesses vitais em momentos de Crise e, dessa forma, traz a discussão a necessidade de ter uma Marinha dimensionada, em meios e pessoal, para atender as demandas do Estado.

O conceito de Diplomacia Naval é oportuno, pois Till (2009) considera como as Marinhas podem ser empregadas de diversas maneiras distintas para influenciar outros Estados. Já que, quando se aborda a Manobra de Crise, evidencia-se que o emprego da força deve estar em consonância com os interesses políticos, sendo empregado em conjunto com a diplomacia, pode-se dizer que o emprego político do Poder Naval é uma realidade e induz a forma como os Estados conduzem os seus interesses na política externa.

Till (2009) esclarece que as Marinhas podem ser empregadas, do ponto de vista diplomático, por dois motivos:

O primeiro motivo é o fato de serem forças militares da mesma forma como os Exércitos e as Forças Aéreas. Assim, podem executar funções estratégicas já que têm em seu poder os meios necessários para exercer pressão nos seus oponentes, seja em tempos de paz ou de conflito.

A capacidade que as Marinhas possuem de operar, variando a sua quantidade de meios e a sua intensidade, no espectro dos conflitos, fazem com que tenham um papel importante no cenário político internacional e na mensagem que querem passar aos demais Estados.

Já abordadas as estratégias de uso da força citadas por James Cable (1994), nas quais ele aborda como o Poder Naval pode ser empregado, visando conquistar objetivos políticos. É por esse motivo que Till (2009) afirma que serão cada vez mais raras as situações nas quais as Marinhas não poderão contribuir no cenário político. O seu emprego será cada vez mais demandado já que o interesse estratégico pela exploração das riquezas no mar aliado a possíveis disputas por estes recursos, nos diversos limites marítimos, pode ser a forma como no mundo globalizado, terá papel decisivo na prevenção e na Manobra de Crise.

O segundo motivo é o fato de que as características da Força Naval a tornam diferente das outras Forças Singulares. As Marinhas possuem a capacidade de operar no alto

mar, dentro do conceito de livre navegação, podendo inclusive realizar operações limitadas fora das águas territoriais de Estados hostis. Essa gradação no emprego do uso da força é que a distingue das outras Forças Armadas já que os navios de guerra podem ser plataformas extremamente ameaçadoras, pelo grau de destruição que podem exercer, mas também podem ser totalmente pacíficos quando em visitas de cortesia a portos estrangeiros.

Dentro desse conceito de diplomacia naval, Till (2009) afirma que existe um espectro de atividades que podem ser exercidas pela presença naval. Estas atividades variam de acordo com o autor, em três vertentes:

A primeira vertente é aquela na qual busca-se informações de aliados e potenciais adversários. Isso ocorre através da coleta, processamento e disseminação dessas informações acerca das intenções e políticas do Estado adversário, assim como suas capacidades militares de atuar em defesa de seus interesses. O objetivo dessa prática é obter o máximo de dados possíveis acerca da outra parte já que pode facilitar ações subsequentes caso sejam necessárias medidas coercitivas sobre possíveis oponentes em casos de Crises.

A segunda vertente é aquela na qual a intenção é influenciar aliados e potenciais nações amigas, assim como potenciais adversários. Essa estratégia de atuar sobre o comportamento do oponente é interessante, pois evita ações coercitivas. O fato de possuir um Poder Naval com credibilidade permite atuar como polo de atração, permitindo que interesses sejam defendidos e conquistados somente agindo no comportamento do oponente.

Nesses casos, Estados acabam atingindo seus objetivos meramente influenciando outros Estados. Aqui são construídas o que o autor chama de coalizões / alianças. Através delas, um Estado de poder inferior pode influenciar Estados mais poderosos a agirem em prol de seus interesses e, dessa forma, evita que esse Estado menor tenha que ameaçar adversários para defender seus interesses.

Por fim, na terceira vertente, o autor aborda as atividades de coerção, ou seja, de imposição de vontades sobre o adversário. A coerção se divide em dois componentes que são: a “deterrência” e a “compelência”. Aqui, será entendido “deterrência” como tendo efeito similar a dissuasão e, da mesma forma, entender “compelência” como tendo o mesmo efeito da coação. Essa analogia de termos utilizada por alguns atores é explicada por Raza (2014) na tentativa de utilizar termos próprios da nossa linguagem.

De qualquer forma, os efeitos gerados pelos conceitos de Till (2009), deterrência e compelência, adaptados à explicação dada por Raza (2014), dissuasão e coação, permitem entender a dissuasão como a capacidade de gerar no oponente a sensação de que continuar com certa postura pode ter um custo alto a ser enfrentado.

Na realidade, fica implícita a ameaça do uso da força para se atingir determinado propósito. Já a coação é o emprego de força, de forma limitada, de modo que o oponente reveja a sua conduta nas questões que estão sendo disputadas. A coação não visa destruir o inimigo e sim a mudança de comportamento pelo uso efetivo da Força Naval.

Já visto que a Força Naval pode, devido às suas características, gradar em quantidade e intensidade a sua projeção de poder sobre o oponente. Vidigal (198-) sustenta que as forças navais podem ser empregadas com objetivos políticos dada as suas características:

> As forças navais são especialmente adequadas para emprego com propósitos políticos. Elas têm uma capacidade orgânica de responder, praticamente em qualquer lugar do mundo, a uma situação de crise, com a força adequada, quer quanto à natureza quer quanto à intensidade, para atingir um determinado fim. (VIDIGAL, 198-, p. 26, grifo nosso).

Isso corrobora aspectos já apresentados por James Cable (1994) quando cita as estratégias de uso da força pelo Poder Naval. As características do Poder Naval permitem que os navios se desloquem pelos oceanos, garantida a liberdade de navegação em alto mar, e se posicionem próximos aos locais onde existe a situação de Crise e permaneçam na região como forma de exercer pressão no oponente.

Essas Forças Navais, quando operam dessa forma, têm capacidade de projetar poder sobre terra, dada as suas características, sem interferir nos limites marítimos do Estado oponente. Assim, estão prontas a intervir, se assim for a decisão do nível político e, ao mesmo tempo, podem evitar a escalada da Crise, pois operam em águas internacionais. Contudo, é bom lembrar que, a percepção que o adversário tem sobre os acontecimentos e a sua reação a estes eventos, é que vão determinar o nível de tensão na Crise. Logo, mesmo operando em águas internacionais, se o desafiado perceber que, na sua avaliação, isso pode ser uma ameaça, é provável que se tenha o aumento das tensões neste tipo de ocorrência. Observa-se que, mesmo a longas distâncias, essas plataformas podem possuir capacidade de gerar dano no Estado desafiado. Esse é o efeito dissuasório que o Poder Naval pode produzir em seus adversários.

De certa forma, foram apresentadas duas características do Poder Naval. Uma delas é a mobilidade que permite o deslocamento para a área do objetivo, sem interferir na soberania do oponente. A outra característica é a permanência que permite operar, por tempo prolongado, na área do conflito.

Nesse sentido, Booth (1977) argumenta que, como instrumentos à disposição da diplomacia, os navios de guerra possuem sete características : a versatilidade, o controle, a mobilidade, a capacidade de projetar poder, o potencial de acesso, o simbolismo e a permanência.

A versatilidade é a capacidade de operar de forma isolada ou em grupos, realizando tarefas totalmente distintas.

O controle, segundo o autor, é a capacidade de graduar a intensidade da força, ou seja, podem atuar de forma a escalar o conflito ou mesmo distendê-lo, ao se retirar rapidamente da área em disputa.

A mobilidade, já abordada acima, é a possibilidade de se deslocar para a área do objetivo de forma rápida já que desfrutam da livre navegação existente em alto mar.

A capacidade de projetar poder é uma característica das forças navais, pois carregam consigo todo um arsenal de diferentes armamentos, podendo incluir aeronaves, dependendo do tipo de navio. Podem ainda realizar bombardeios, ataques aéreos e realizar assaltos anfíbios como formas de projeção do seu poder.

O potencial de acesso, é a possibilidade de, utilizar conceito de livre navegação, ter acesso a qualquer Estado costeiro visto que o mar, de certa, une estes Estados.

O simbolismo é a capacidade de um Estado demonstrar o potencial de força que possui já que os navios são plataformas que não passam despercebidas nos portos que visitam.

Por fim, a permanência é a capacidade de operar por longos períodos na área do objetivo. Pode ser entendido também como a autonomia que possui para ser empregado em situações dessa natureza.

O Poder Naval brasileiro é representado pela Marinha do Brasil (MB). A DMN estabelece que são características deste Poder: a mobilidade, a permanência, a versatilidade e a flexibilidade. Estas características já foram abordadas e exploradas por Booth (1977) quando apontou as sete características dos navios de guerra. Independentemente de como cada um abordou estas características, as mesmas permitem aplicar o Poder Naval em grande variedade de tarefas que podem ser desde o seu uso como instrumento de diplomacia, pelo emprego limitado da força, até como instrumento de guerra.

Assim, para que uma Marinha tenha capacidade dissuasória contra ameaças em suas AJB e imponha respeito para evitar ações hostis, é necessário que tenha credibilidade, demonstrando a sua capacidade de empregar de forma crível seu pessoal e meios, quando e onde for necessário (BRASIL, 2017a).

Nessa mesma linha de pensamento, VIDIGAL (198-) aponta que as Forças Singulares devem ter como objetivo desenvolver o seu preparo de modo a estarem prontas para o combate. Portanto, ser eficiente no uso do Poder Militar, como instrumento de política, vai sempre depender de sua credibilidade como instrumento para a guerra.

Esse mesmo pensamento é válido para a MB. Pode-se dizer que o valor percebido

pelo oponente, relativo ao Poder Militar de um Estado, deve estar alinhado com a capacidade real de empregar esta opção, caso seja necessário.

No Brasil, tivemos uma Crise que ficou conhecida como a “Guerra da Lagosta”, já mencionada, e a postura da Marinha do Brasil acabou por encerrar a disputa de forma favorável ao Brasil. De acordo com VIDIGAL (198-), o envio de um navio guerra pelo Estado Francês de modo a fazer a proteção de seus barcos lagosteiros, que operavam na costa do Brasil, sinalizou que tinha a intenção de garantir a pesca de seus barcos, mesmo após a proibição. Foi surpreendida com a concentração na região, de todas as forças navais do Brasil.

As características do Poder Naval permitiram a MB que, na época, gradando a quantidade e a intensidade dos meios, de forma a ajustar a força a ser empregada, sair vencedora desta Crise. A quantidade de meios empregados mostrava ao oponente o que estava em disputa era considerado vital para o Estado Brasileiro.

Para o Governo Brasileiro, o que estava em disputa era uma questão de soberania, ou seja, fazer valer a sua autoridade em todo o território nacional, inclusive no que se refere aos direitos sobre os recursos da plataforma continental.

Caso a percepção que o adversário tenha do Poder Militar oponente esteja em dissonância com a capacidade real deste de empregar a força, tem-se no fundo um blefe que pode ter consequências desastrosas para aquele que optou por esse tipo de estratégia. Neste caso, aquele que blefou, por não possuir capacidade necessária para se contrapor ao oponente, terá de arcar com os custos de uma estratégia arriscada, que foi mal sucedida.

4.1 A Marinha do Brasil (Poder Naval do Brasil).

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (BRASIL,1988) estabelece que as Forças Armadas são constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica. Além disso, define que são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina e, sob a autoridade do Presidente da República, destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Nesse contexto, a Estratégia Nacional de Defesa (END) aponta que cabe a Marinha do Brasil o preparo e o emprego do Poder Naval, de modo a contribuir para a defesa da Pátria; para a garantia dos poderes constitucionais e por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem; para o cumprimento das atribuições subsidiárias previstas em lei; e para o apoio à Política Externa (BRASIL, 2020b).

Assim, a possibilidade de ocorrências de atos ilícitos, que atentem para a boa ordem no mar, como abordados por Bekkevold e Till (2016), a saber, pirataria, terrorismo marítimo, tráfico de drogas, pessoas e armas e pesca desordenada, demandam a presença de um Poder Naval, aqui representado pela MB, que impeça essas ocorrências em nossas AJB. Dessa forma, é necessário que a MB seja capaz de detectar, identificar seus autores e executar ações que permitam a neutralização dessas ameaças.

Já foi abordado que o Poder Naval possui características próprias que o qualificam para o emprego em uma variedade de atividades. Estas características se aplicam à MB que executa as suas diversas atividades por meio de quatro tarefas básicas do Poder Naval.

A DMD define as tarefas básicas como sendo controle de área marítima; negação do uso do mar; projeção de poder sobre terra; e contribuição para a dissuasão. Já a DMN, as detalha da seguinte forma:

O controle de área marítima consiste em manter uma postura que garanta certo grau de utilização de uma determinada área marítima e, se necessário, negar ou limitar o seu uso pelo adversário.

A negação do uso do mar consiste em não permitir que um adversário utilize ou controle uma área marítima para seus objetivos por certo período, sem que seja requerido o uso por nossas próprias forças.

A projeção de poder sobre terra é a capacidade que o Poder Naval possui de influenciar áreas de interesse, sejam terrestres ou marítimas, abrangendo uma série de atividades, que incluem, desde a presença até a realização de operações navais.

Por fim, a contribuição para a dissuasão consiste em gerar no oponente a percepção de que a manutenção de uma determinada postura hostil terá custos e, dessa forma, visa desestimular adversários de possíveis propósitos bélicos.

Todas essas tarefas básicas permitem o emprego da MB em diversas ações que podem variar desde a diplomacia até as operações de guerra.

As Crises se caracterizam como momentos específicos no espectro dos conflitos, anterior ao conflito armado, e, portanto, o emprego da MB se torna possível uma vez que suas características, aliadas às tarefas básicas, permitem a gradação do seu emprego.

O Plano Estratégico da Marinha (PEM) indica que 90% do volume do nosso comércio é feito por via marítima. Isso demonstra a necessidade de manter as Linhas de Comunicações Marítimas protegidas. Observa também que quase todas as comunicações feitas através da internet, entre os continentes, são realizadas por meio de cabos de fibra óptica que estão localizados no fundo dos oceanos. De igual forma, esclarece que a pesca é outra relevante

atividade econômica, assim como afirma que cerca de 90% da produção nacional de hidrocarbonetos são obtidos nas nossas AJB (BRASIL, 2020a).

Assim, para cumprir as suas atividades, a Marinha do Brasil, pode ser empregada na Guerra Naval, em atividades de Emprego Limitado da Força e nas atividades Benignas (BRASIL, 2017a).

Somente a título de ilustração, na Guerra Naval, o seu emprego é voltado para ações militares nos espaços marítimos, águas interiores e áreas terrestres de interesse, incluído o espaço aéreo sobrejacente, visando contribuir para a conquista e manutenção dos Objetivos Nacionais de Defesa. No Emprego Limitado da Força, conduz atividades em que exerce poder de polícia para impor a lei ou um mandato internacional e, por fim, nas atividades benignas, não há o emprego da violência na condução das atividades (BRASIL, 2017a). O detalhamento dos tipos de operações / ações vinculadas a cada um destes segmentos estão relacionadas no ANEXO A.

Portanto, existe um vasto campo de atuação da Marinha do Brasil conforme observado acima que, em momentos de Crise, poderão ser empregados caso seja determinado pelo nível político.

Até o momento, definiu-se o que vem a ser Crise, de igual forma, o que significa Manobra de Crise, aponta-se que o Poder Naval pode ser uma opção a ser empregada em eventos dessa natureza, devido às suas características, e detalha-se no ANEXO A as operações e ações nas quais a MB pode ser empregada.

É necessário agora definir em que limites marítimos a força pode atuar e com que grau de intensidade. Nestes espaços é que, ocorrendo disputas entre Estados, a Marinha do Brasil poderá ser empregada, gradando o seu emprego, visando atingir os objetivos do nível político.

4.2 Os limites marítimos.

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNITED NATIONS, 1982) realizada em Montego Bay, Jamaica, em 10 de dezembro der 1982, da qual o Brasil é signatário[8], estabelece limites marítimos e o nível de autoridade que os Estados podem exercer nesses espaços.

---

[8] O Brasil é signatário da referida Convenção tendo assinado em 10 de dezembro de1982 e ratificado em 22 de dezembro de 1988. Informação disponível em https://www.un.org/depts/los/reference_files/chronological_ lists_of _ratifications.htm

Até o momento do presente estudo, 168 Estados assinaram e ratificaram a referida Convenção que define entendimentos do que vem a ser Mar Territorial (MT), Zona Contígua (ZC), Zona Econômica Exclusiva (ZEE), Plataforma Continental (PC) e Alto Mar. Pela quantidade de Estados que assinaram o referido tratado, é possível afirmar que são conceitos amplamente aceitos. O importante a destacar é que em cada limite marítimo ocorre uma variação do nível de autoridade que pode ser exercido pelos Estados. O ANEXO B detalha cada limite marítimo estabelecido pela Convenção e, ainda, cita a legislação na qual o Brasil regulou internamente estes espaços.

Já que a busca por recursos limitados está cada vez mais acirrada, é possível que ocorram Crises entre Estados envolvendo riquezas dentro destes limites. Portanto, surge a necessidade de se possuir um Poder Naval de credibilidade que possa, através da dissuasão, evitar este tipo de ocorrência ou, através da coerção, reprimir estas atividades. Não ter a capacidade de se contrapor a estas violações acabam por gerar prejuízos, a determinados Estados, visto que não possuem os meios necessários que inibam este tipo de conduta.

4.3 O Entorno Estratégico e a Amazônia Azul.

A Política Nacional de Defesa (PND) define como área de interesse do Brasil o Entorno Estratégico Brasileiro que inclui a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica (BRASIL, 2020b).

Em função disso, o referido documento admite que não pode ser desconsiderada a ocorrência de Crises e tensões nessa região e, assim, o país pode se ver envolvido em questões que envolvam a sua própria soberania, ou contribuir na solução de eventuais disputas ou controvérsias de outros Estados.

O PEM detalha um pouco mais os limites dessa área da seguinte forma: ao Norte, o paralelo 16º N; ao Sul, o Continente Antártico; a Leste, pelo litoral da África Ocidental; e ao Oeste, pela América do Sul (BRASIL, 2020a).

A região do Atlântico Sul é a área em que ficam inseridos os espaços marítimos nos quais o Brasil possui níveis de autoridade distintos. Essa autoridade, como já abordada acima, varia na medida em que opera-se em cada um desses espaços. De qualquer forma, é necessário que os recursos naturais que existem nesses espaços, assim como no leito e subsolo marinho, e que estão sob jurisdição brasileira, sejam protegidos da cobiça de outros Estados.

Já foi abordado que uma das tarefas básicas do Poder Naval é contribuir para a dissuasão. Essa postura permite que os interesses nacionais sejam defendidos na medida em

que gera no oponente o receio de tentar obter uma vantagem a partir do uso de força militar.

Portanto, cabe à MB prover a segurança marítima nessas regiões e, através da diplomacia naval, coibir comportamentos que visem atentar contra os recursos existentes nesses limites marítimos.

Nesse contexto, surge o conceito de Amazonia Azul que, de acordo com a DMN, possui a seguinte definição:

> A Amazônia Azul é a região que compreende a superfície do mar, águas sobrejacentes ao leito do mar, solo e subsolo marinhos contidos na extensão atlântica que se projeta a partir do litoral até o limite exterior da PC brasileira. Ela deve ser interpretada sob quatro vertentes: econômica, científica, ambiental e da soberania. (BRASIL, 2017a).

De acordo com o PEM esse conceito possui caráter político-estratégico uma vez que tem como objetivo alertar a sociedade e demais instituições nacionais sobre a sua importância, à luz dos direitos e deveres estabelecidos na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito no Mar (UNITED NATIONS, 1982). A sua relevância pode ser detalhada sob quatro aspectos distintos, da seguinte forma (BRASIL, 2020a):

No aspecto de soberania, a região encontra-se dentro das AJB, ou seja, o país pode exercer níveis de autoridade nesse espaço. Dessa forma, a Marinha do Brasil, como instrumento de Estado, representa essa autoridade e emprega, se necessário, o uso da força no mar.

No aspecto científico, a região possui potencial de pesquisa da sua biodiversidade marinha e, portanto, existe a necessidade de preservação de conhecimentos sobre este ambiente marítimo que podem ser motivo de interesse de outros Estados gerando Crises.

No aspecto ambiental, a região deve ser preservada através de medidas de monitoramento e combate à poluição já que este tema vem ganhando relevância no cenário internacional e pode interferir na biodiversidade da região.

Por fim, no aspecto econômico, é um espaço que possui diversas riquezas e por onde se processa o comércio exterior do Brasil, visto que o transporte marítimo é o principal meio utilizado para realizar a exportação de produtos para outros países (BRASIL, 2020a).

4.4 As ameaças

A manutenção da boa ordem no mar necessita que algumas ameaças citadas por Bekkevold e Till (2016) sejam coibidas. O mar possui fundamental importância para a economia do Brasil já que realiza-se o comércio através das linhas de comunicação marítima. Outro aspecto a considerar é que obtêm-se petróleo, gás, e outros recursos minerais no subsolo marinho, além da exploração da pesca. O PEM, já mencionado, enumera diversas ameaças

que podem pôr em risco a boa ordem no mar que já foi mencionada (BRASIL, 2020a).

De acordo com as informações disponíveis da United Nations Conference on Trade and Development [9] (UNCTAD, 2019), com dados de 2019, os cinco maiores parceiros comerciais do Brasil, sob a ótica das exportações, são: China, Estados Unidos da América, Holanda (Países Baixos), Argentina e Japão. Portanto, as LCM para essas regiões são de relevância para o comércio brasileiro.

Dentre as atividades de Emprego Limitado da Força, detalhadas no ANEXO A, a MB pode executar a Patrulha Naval (BRASIL, 2004), e que de acordo com a DMN, é realizada por meios navais, com a utilização de embarcações e aeronaves orgânicas em apoio a essas atividades (BRASIL, 2017a).

Dessa forma, atuam com objetivo de fiscalizar o bom uso do mar atuando contra a práticas que violam a boa ordem no mar, quando ocorrem nas AJB. Essas atividades ilegais podem ocultar interesses de outros Estados que podem gerar tensões e Crises na região.

4.5. A possibilidade de emprego da Marinha do Brasil, em Manobra de Crise, no Entorno Estratégico brasileiro.

Observa-se que, as ameaças, são mais voltadas a prática de ilícitos do que Crises entre Estados. A possibilidade da Marinha do Brasil ser empregada em Crises no Entorno Estratégico do Brasil não parece ser algo que possa ocorrer de imediato.

Verifica-se que na América do Sul que consta de no Entorno Estratégico, não há nenhuma questão de fronteira ou disputa por recursos no mar, que possa gerar alguma Crise com países dessa região.

A América do Sul é composta por 13 países a saber: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa (território ultramarino da França), Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

Sob o aspecto econômico, ao observar o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, na TAB. 01 (ANEXO E), no ano de 2020, obtém-se o valor de USD 1.445 bilhões, portanto fica claro que é o maior valor na região da América do Sul. O país com o segundo maior PIB é a Argentina com USD 383,06 bilhões.

Além disso, o valor do PIB brasileiro é maior, em diversos anos, do que o somatório

---

[9] Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (tradução nossa)

do PIB dos demais países da região. Este indicador identifica o crescimento, decréscimo ou estagnação da economia de um país. Isso evidencia que o Estado Brasileiro é uma potência econômica regional. Possuir um PIB elevado é um indicador de que a economia do país é forte. Não parece razoável que, nestas condições, países com menor capacidade econômica venham a se contrapor ao Brasil em questões que possam gerar Crises. É um fator a ser considerado pelos diversos Estados na região em caso de tentar deflagar algum tipo de Crise.

Sob o aspecto militar, ao comparar os efetivos das Marinhas de Guerra, conforme consta da TAB. 02 (ANEXO E), com os dados de 2021, extraídos da publicação The Military Balance 2021 (IISS, 2021), observa-se que o efetivo da MB é de 85.000 militares no serviço ativo, o que supera em muito os efetivos das demais Marinhas da América do Sul e, assim, é outro fator que também os desestimula a desencadearem Crises no mar. O segundo maior efetivo naval é o da Colômbia com 56.400 militares no serviço ativo.

Ainda no aspecto militar, ao comparar os gastos militares dos referidos Estados, que pode ser observado na TAB. 03 (ANEXO E), percebe-se que nos últimos cinco anos os gastos realizados, neste aspecto, pelo Estado Brasileiro superam os gastos dos demais países da América do Sul. Logo, com os dados apresentados até aqui, o Brasil possui o maior PIB, o maior efetivo naval e é o país que realiza os maiores gastos militares tornando-se, portanto, uma potência na região, o que inibe a ocorrência de Crises na região.

Se formos analisar o percentual de gastos militares[10], em dólares, em relação ao PIB de cada Estado, pode-se observar que, tomando por base os dados de 2019, temos os seguintes dados: Argentina (0.70%), Bolívia (1.42%), Brasil (1.47%), Chile (1.82%), Colômbia (3.15%), Equador (2.28%), Guiana (1.65%), Paraguai (0.98%), Peru (1.16%), Suriname (n/d), Uruguai (2.01%) e Venezuela (0.48% dados de 2017). Apesar de alguns Estados possuírem percentuais de gastos militares superiores ao índice do Brasil, em valores absolutos os gastos militares do Brasil são os maiores da América do Sul.

A MB divide os seus meios navais em três grupos, conforme informação do sítio do Comando da Marinha,[11] da seguinte forma: Meios da Esquadra, Meios de Pesquisa e Meios Distritais.

Os meios da Esquadra são compostos por 22 Navios, os meios de pesquisa são compostos por 11 Navios e os meios distritais são compostos por 61 Navios. O ANEXO C

---

[10] O percentual de gastos militares em relação ao PIB de cada Estado foi obtido no seguinte sítio: https://data.worldbank.org/indicator/MS.MIL.XPND.GD.ZS (acesso em 20 Jul 2021).

[11] A informação dos meios navais da Marinha do Brasil foi obtida no sítio https://www.marinha.mil.br/meios-navais (acesso em 14 Ago 2021).

detalha os meios navais que compõe cada um desses grupos. Dessa forma, temos 94 meios navais na Marinha do Brasil, cujo emprego são os mais diversos. Já visto, que em Crises essas plataformas podem ser empregadas com o intuito de pressionar o oponente para que o Estado consiga atingir os objetivos do nível político.

Porém, nem todos os meios possuem capacidade de destruição que gere no oponente uma sensação de tensão que o faça rever a sua posição acerca dos objetivos que estão em disputa. A maior parte dos meios navais da MB são compostos de navios de patrulha que têm por objetivo exercer a Patrulha Naval, já citada, como forma de coibir atividades ilegais nas AJB.

Em casos de Crises, os meios adequados a serem empregados são aqueles com maior poder de destruição, ou com maior letalidade, de modo a gerar efeito dissuasório no oponente, ou até mesmo, caso seja necessário, empregar a força na defesa dos seus objetivos considerados vitais.

Dentre as três divisões existentes, os meios da esquadra são os que possuem maior capacidade de cumprir este papel e exercer dano ao inimigo, já que são meios que, por possuírem alto poder de destruição, podem ser empregados em conflitos. Portanto, ao segregar os meios da esquadra, que estão detalhados no ANEXO C, em Navios Aeródromos, Navios Escoltas (Fragatas e Corvetas) e Submarinos, há os seguintes meios com alto poder de destruição: Navio-Aeródromo Multipropósito (1 unidade); Navios Escoltas (8 unidades) e Submarinos (5 unidades). Essas plataformas são as ideais para serem empregadas em situações de Crises. Se comparados estes tipos de meios navais com os das Marinhas da América do Sul, haverá uma ideia da capacidade de destruição de cada Estado sob a ótica dos meios navais.

Utilizando a publicação The Military Balance 2021 (IISS, 2021), que contém dados militares específicos de diversos Estados, nota-se que o Brasil e o Peru são os Estados que possuem a maior quantidade de meios navais com alto poder de destruição conforme pode ser observado na TAB. 4 (ANEXO E).

Isto levando em consideração a quantidade de navios escolta, submarinos e navios aeródromos. Não foram considerados os navios patrulhas por serem mais apropriados a executar atividades de Patrulha Naval.

Cabe ressaltar que, de acordo com a publicação, a Marinha do Brasil é a única força naval da América do Sul a dispor de navio aeródromo.

Portanto, não é razoável que países da América do Sul tenham interesses em se envolver em Crises com o Brasil. Como já visto acima, possuímos uma Força Naval crível,

tendo em vista os principais meios de destruição contidos na TAB. 4 (ANEXO E), quando comparados com as demais Marinhas da América do Sul.

Contudo, é importante frisar que além de possuir meios capazes de gerar efeito dissuasório no oponente, também é relevante demonstrar, aos demais Estados, que se possui capacidade de realizar operações com essas plataformas. Verifica-se que, no período de 2016 a 2019, a MB participou de diversos exercícios e operações com outros países conforme observa-se no ANEXO D. Isso permite que a Marinha do Brasil demonstre os meios navais que possui, o seu grau de profissionalismo ao atuar em ambiente internacional, e permite que as outras nações percebam a capacidade da MB de operar de forma combinada. No caso específico da América do Sul, isto demonstra aos demais países os diversos fóruns no qual a Marinha é empregada, demonstrando o seu potencial de adestramento e, dessa forma, dissuadindo possíveis ações hostis em AJB.

Nessa mesma linha de raciocínio, além de realizar operações com outros países, também foram obtidos dados sobre os adestramentos realizados pelo Setor do Comando de Operações Navais visando à capacitação dos militares da Marinha do Brasil nas diversas áreas disponíveis. Com os dados obtidos do Anuário Estatístico da Marinha (BRASIL, 2015-2019a), no período de 2015 a 2019, de acordo com a TAB. 05 (ANEXO E), nota-se um incremento no adestramento dos militares.

Foram realizados neste período o adestramento de 36.211 militares da seguinte forma: 7.274 militares em 2015, 7.136 militares em 2016, 6.712 militares em 2017, 7.428 militares em 2018 e 7.661 militares em 2019 nos diversos cursos realizados no Centro de Adestramento Almirante Marques de Leão. Nota-se que, mesmo de forma discreta, a quantidade de adestramentos vem aumentando, o que demonstra a preocupação no preparo do seu pessoal. Já visto que, em Crises, a credibilidade no emprego do Poder Naval advém dos meios e pessoal que o Estado possui para se contrapor as suas ameaças.

Já observado que o Brasil possui os maiores gastos militares na América do Sul. Porém, algumas considerações são necessárias neste momento. Os dados informados levam em consideração também as despesas com pagamento de pessoal e isso é um valor expressivo. Ao considerar apenas as despesas discricionárias temos um quadro diferente.

De acordo com dados do Livro Branco de Defesa Nacional (BRASIL, 2020c), as evoluções das despesas discricionárias, no período de 2010 a 2019, tem sofrido uma sensível queda na alocação de recursos.

Conforme pode ser observado na TAB. 06 (ANEXO E), as despesas com Custeio e Investimento sofrem redução a partir de 2015. Os valores referentes às capitalizações foram

incluídas de forma ilustrativa tendo em vista possuírem destinação específica como a construção de quatro navios do Programa Fragatas Classe Tamandaré (R$ 9,5 bilhões) e à aquisição de navio antártico (R$ 0,8 bilhão).

Se não considerar os valores empregados nas capitalizações, pode ser observado que, no período de 2010 até 2014, as despesas com custeio e investimento ficavam acima de R$ 5,00 bilhões. Já no período de 2015 até 2019, excluídas as capitalizações, as despesas ficam bem abaixo de R$ 5,00 bilhões, sendo 2016 o pior ano para este tipo de despesa, totalizando R$ 2,80 bilhões o que impede o atendimento de todas as necessidades da Marinha do Brasil.

De igual forma, se forem avaliados os principais meios da Esquadra no período de 2004 a 2021, com base nos dados da publicação The Military Balance, pode-se observar um decréscimo no número de navios escolta. Em 2004, a Marinha possuía 15 navios escoltas, 4 submarinos e 1 navio aeródromo, totalizando 20 meios. Em 2021, a Marinha possui 8 navios escoltas, 5 submarinos e 1 navio aeródromo multipropósito, totalizando 14 meios conforme detalhado na TAB. 7 (ANEXO E).

Mesmo com essas restrições orçamentárias possui um Poder Naval crível quando comparado aos demais Estados da América do Sul. Como já observado é o único país que possui um navio aeródromo multipropósito. De qualquer forma, esta análise se torna relevante para apontar a necessidade de se buscar soluções para a manutenção desses meios ou ainda aquisição de novos para manter a letalidade ou a capacidade de pronta resposta em casos de Crises.

Já foi evidenciado que os meios da Esquadra são os mais apropriados para emprego em Crises por possuir alta capacidade de destruição se comparados a navios patrulha que têm a missão de exercer tarefas atinentes a Patrulha Naval.

Pesquisando no sítio do Comando da Marinha, já mencionado, mais precisamente os navios escoltas, observa-se que os oito navios são compostos por seis Fragatas e duas Corvetas, de diferentes classes. Detalhando somente as Fragatas, há o seguinte: Cinco Fragatas da Classe Niterói (F41 - "Defensora", F42 - "Constituição", F43 - "Liberal", F44 - "Independência" e F45 - "União") e uma Fragata da Classe Greenhalgh (F49 - "Rademaker"). Estas duas classes de navios[12] podem localizar e destruir aeronaves, navios de superfície e submarinos inimigos, além de efetuar patrulhas nas nossas águas. É feita uma ressalva quanto a Fragata classe Greenhalgh que deverá ser empregada em tempo de guerra nas tarefas básicas do Poder Naval, prioritariamente, Controle de Área Marítima e na contribuição para a dissuasão.

---

[12] Informação obtida no sítio do Comando da Marinha: https://www.marinha.mil.br/fragatas-classe-niteroi e https://www.marinha.mil.br/fragatas-classe-greenhalgh (Acesso em 14 Ago 2021)

A Fragata Niterói (F-40), que dá o nome a esta classe de navios e já foi de baixa, foi a incorporada à Armada em 1976 e sua Mostra de Desarmamento ocorreu em 2019 (43 anos de serviço). A Fragata Defensora (F-41) foi a incorporada à Armada em 1977. As Fragatas Constituição (F-42) e Liberal (F-43) foram ambas incorporadas à Armada em 1978. No ano seguinte, em 1979, foi incorporada à Armada a Fragata Independência (F-44) e por fim, em 1980, foi incorporada à Armada a última fragata desta classe, a Fragata União (F-45).

Se fizer uma projeção simples, levando em consideração que estes meios podem operar pelos mesmos 43 anos que foi o tempo que a Fragata Niterói ficou incorporada à Armada, pode-se obter as seguintes datas: A F-41 já teria ultrapassado a estimativa de baixa que seria em 2020 (1977 + 43 anos). A F-42 e a F-43, têm estimativa de baixa para 2021 (1978 + 43 anos). A F-44 tem estimativa de baixa para 2022 (1979 + 43 anos) e, por fim, a F-45 tem estimativa de baixa para 2023 (1980 + 43 anos).

Esse é um cálculo simples já que sempre é possível tentar a possibilidade de revitalizar / modernizar motores, sensores e sistemas de combate. De qualquer forma, é algo a ser considerado no caso de se querer dispor de meios navais que gerem capacidade dissuasória no oponente. A Fragata F49 - "Rademaker", Classe Greenhalgh, foi incorporada à Armada em 1997. Esta classe possui, atualmente, apenas um navio visto que a Fragata F46 - "Greenhalgh", foi retirada do Serviço da Armada em agosto de 2021.

Para atender as suas necessidades, composta por meios, material e pessoal e fazer frente aos diversos desafios e ameaças, a MB adota a sistemática de agrupar estas necessidades em programas estratégicos.

4.5.1 Os Programas Estratégicos da Marinha do Brasil

Hoje existem sete programas estratégicos na Força, que são: 1) Pessoal – Nosso Maior Patrimônio; 2) Programa Nuclear da Marinha (PNM); 3) Construção do Núcleo do Poder Naval; 4) Obtenção da Capacidade Operacional Plena (OCOP); 5) Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz); 6) Ampliação da Capacidade de Apoio Logístico para os Meios Operativos e 7) Mentalidade Marítima. (BRASIL, 2020a).

De acordo com o PEM, estes programas podem ser detalhados da seguinte forma:

O Programa Pessoal – Nosso Maior Patrimônio, visa ao aperfeiçoamento dos sistemas, assim como os procedimentos relativos à gestão de pessoal, de modo a prover à Força com a pessoa certa, capacitação adequada, no lugar e no momento certos (BRASIL, 2020a).

O Programa Nuclear da Marinha (PNM) possui extrema relevância já que seus dois projetos principais – Planta Nuclear Embarcada e Ciclo do Combustível Nuclear – são fundamentais para o projeto e construção do submarino convencional com propulsão nuclear (BRASIL, 2020a).

O Programa Construção do Núcleo do Poder Naval visa a aumentar a capacidade operacional da MB para o atendimento de sua missão constitucional. Para atingir este propósito, o programa inclui subprogramas e projetos relacionados à obtenção de meios, a saber: Programa de Submarinos (PROSUB), Programa de Obtenção das Fragatas Classe Tamandaré (PFCT), Programa de Obtenção de Meios Hidroceanográficos (PROHIDRO) e o PROADSUMUS que está relacionado à manutenção e consolidação do poder de combate do CFN (BRASIL, 2020a).

O Programa Obtenção da Capacidade Operacional Plena (OCOP) visa à modernização ou manutenção de meios e instalações existentes, incluindo a manutenção de dotações de munições, armas e sobressalentes (BRASIL, 2020a).

O Programa Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz) visa monitorar e controlar, de forma integrada, as AJB, assim como as áreas internacionais de responsabilidade para operações de Socorro e Salvamento, e assim contribuir para agilizar o ciclo decisório, garantindo dessa forma a capacidade de pronta resposta a qualquer ameaça, emergência, agressão ou ilegalidade (BRASIL, 2020a).

O Programa Ampliação da Capacidade de Apoio Logístico para os Meios Operativos, visa, nas proximidades da foz do rio Amazonas, estabelecer um complexo naval de uso múltiplo. Isso vai ampliar a capacidade de controle de áreas marítimas, de negação do uso do mar e de projeção de poder, principalmente nas operações e ações de guerra naval no Atlântico Sul, tendo como prioridade o litoral norte e nordeste e garantindo a defesa em profundidade da foz do rio Amazonas (BRASIL, 2020a).

Por fim, o Programa Mentalidade Marítima visa à conscientização da sociedade através de ações de comunicação estratégica que despertem a consciência coletiva nacional para o fato de que o Brasil começou pelo mar e com ele deve buscar sua realização plena, através de atuação no nível dos atores governamentais com o propósito de promover um pensamento estratégico marítimo, fomentador de políticas públicas assertivas relacionadas ao mar e enfocar o principal elemento e núcleo maduro do Poder Marítimo, os homens e mulheres do mar, que têm suas vidas a ele diretamente relacionadas. Isso visa estimular o sentimento de pertencimento desses atores à comunidade marítima brasileira (BRASIL, 2020a).

Dentro deste escopo de agrupamento das necessidades da MB, em programas estratégicos, chama a atenção de imediato, o Programa Construção do Núcleo do Poder Naval já

que nele estão inseridos o Programa de Submarinos (PROSUB) e o Programa de Obtenção das Fragatas Classe Tamandaré (PFCT). O PROSUB visa à construção de quatro submarinos convencionais Submarino "Riachuelo" (S-40), Submarino "Humaitá" (S-40), Submarino "Tonelero" (S-42) e Submarino "Angostura" (S-43). Além disso, está prevista construção do primeiro submarino convencional brasileiro com propulsão nuclear - Submarino "Álvaro Alberto" (SN-BR) (BRASIL, 2020a).

Isso visa ampliar os meios da Esquadra dotando a MB de um Poder Naval crível e moderno. De igual forma, o Programa de Obtenção das Fragatas Classe Tamandaré (PFCT) visa atender uma necessidade de renovação dos meios navais da Esquadra. Como já demonstrado acima, as demais Fragatas Classe Niterói já estão operando perto do seu limite para baixa. Este programa visa exatamente ampliar o quantitativo de navios-escoltas.

Portanto, o PROSUB e o PFCT irão renovar os meios (navios escoltas e submarinos) da Esquadra e assim manter a Marinha do Brasil com alto poder de combate, podendo contribuir de forma efetiva para a dissuasão de ameaças e pronta resposta em Crises.

Sintetizando o que já foi visto até o momento, pode-se afirmar que o Brasil possui o maior PIB dos Estados da América do Sul e isso permite que, caso seja decisão do nível político, investir na sua Expressão Militar no qual o Poder Naval (Marinha do Brasil) está incluído.

É somente o Estado priorizar em quais investimentos deverá dar prioridade. É ainda a Força Naval com maior efetivo da América do Sul e está incrementando seus adestramentos a cada ano. Possui capacidade de operar com outras Marinhas em exercícios e operações internacionais como já visto no período de 2016 a 2019. Além disso, possui os maiores gastos com despesas militares da região, incluídas as despesas de pessoal.

Mesmo com as restrições impostas com os orçamentos das despesas discricionárias (custeio e investimento), que sofreram forte redução a partir de 2015, conseguiu manter seus principais meios navais em operação. Comparando a quantidade de navios escoltas e submarinos, dentre os demais Estados da América do Sul, fica na segunda posição no somatório destas quantidades de meios. Porém, vale ressaltar que é o único país a ter uma Marinha que é detentora de navio aeródromo multipropósito.

A obsolescência dos meios de escolta e submarinos gerou a necessidade de se fazer investimentos na renovação destes meios. Os programas PFCT, assim como o PROSUB, permitirão a renovação destes meios com a incorporação de meios modernos e com alto poder de destruição.

Por fim, é possível afirmar que dificilmente a Marinha do Brasil será envolvida em questões de Crises nesta parte do Entorno Estratégico (América do Sul), tendo em vista os meios, de pessoal e material, de que dispõem no momento e em futuro próximo com a construção de novas fragatas e submarinos. Podem até se concretizar ameaças, porém elas são basicamente calcadas em ilícitos que podem ser abordados no âmbito da Patrulha Naval, não desencadeando Crises como foi definido no capítulo 2, quais sejam as Crises Internacionais Político Estratégicas que envolvem Estados que, na disputa por seus interesses, tem o objetivo de desencadear de forma proposital situações de tensão e, assim, estariam dispostos a utilizar a força para concretizar os seus objetivos.

O Entorno Estratégico, já definido, também envolve os Estados da costa Ocidental da África. Dessa forma, será necessário avaliar as capacidades que possuem e, ainda, identificar se há aspectos que possam acarretar eventos de Crises envolvendo estes países e o Brasil.

Esse Entorno Estratégico é composto pelos seguintes países localizados na costa ocidental da África: Senegal, Gâmbia, Guiné-Bissau, Guiné, Serra Leoa, Libéria, Costa do Marfim, Gana, Togo, Benim, Nigéria, Camarões, Guiné Equatorial, Gabão, República do Congo, República Democrática do Congo, Angola, Namíbia, África do Sul, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

Sob o aspecto econômico, utilizando os dados de 2020, os países que possuem maior PIB naquela região são Nigéria (USD 432,29 bilhões) e África do Sul (USD 301,92 bilhões) conforme pode ser visto na TAB. 08 (ANEXO E). Todos os demais países possuem PIB inferior a USD 100 bilhões de dólares. Se observar o PIB do Brasil e efetuar uma comparação com os países africanos do entorno estratégico, percebe-se que o Estado Brasileiro possui PIB bem superior a qualquer país daquela área de interesse.

No aspecto militar, utilizando os dados de 2020, os países que realizam maiores gastos militares são também Nigéria e África do Sul, conforme consta da TAB. 09 (ANEXO E). Da mesma forma, como já visto, se comparar os gastos militares brasileiros com os destes dois Estados, percebe-se que os gastos militares do Brasil são bem superiores.

Ainda no aspecto militar, observa-se na TAB. 10 (ANEXO E) que os únicos Estados que possuem navios escolta (Corvetas ou Fragatas) são Nigéria, Guiné Equatorial e África do Sul. Sendo que este último ainda possui dois submarinos. Os demais Estados da Costa Ocidental da África inseridos no Entorno Estratégico de interesse possuem apenas navios menores utilizados para patrulhas.

Dessa forma, o Brasil, mesmo com as restrições orçamentárias impostas, possui um número de navios escoltas e submarinos superiores a qualquer Estado daquela região. Em matéria de efetivo de força naval conforme pode ser observado na TAB. 11 (ANEXO E), os países com os maiores efetivos navais são Nigéria e África do Sul.

Até aqui o que se observa é que a capacidade militar naval da maioria destes países (pessoal e meios) é pequena. Os navios são basicamente para exercerem tarefas de patrulhamento costeiro.

De tudo que já foi abordado até o momento acerca de Crises e de meios e pessoal, capazes de compor uma força naval crível que tenha poder de gerar efeito dissuasório, observa-se que no Entorno Estratégico o Brasil é o país que possui a força naval com maior capacidade de destruição se levada em consideração apenas os principais meios navais destes Estados.

Principalmente, na costa ocidental da África, basicamente, o que existe são meios de pequeno porte para patrulhamento naval. Pode-se dizer que no entorno estratégico, sob os aspectos econômicos, de meios navais e de efetivos, o Brasil é uma liderança regional e que no momento nada indica que poderá haver questões que possam envolver o Estado brasileiro em Crises com esses países.

É fato que em Crises deve-se levar em consideração que os Estados podem ter aliados que permitam defender os seus interesses em um episódio dessa natureza. Contudo, este tipo de análise vai depender dos objetivos envolvidos em determinada disputa na região.

Então, quais são as ameaças na região ? No item 4.5, destaca-se que para Bekkevold e Till (2016) algumas práticas necessitam ser coibidas que foram classificadas como atividades ilegais de forma a manter a boa ordem no mar e de igual forma foi abordado que o PEM enumera determinadas ameaças.

Sob o aspecto de pirataria e roubo armado, o International Maritime Bureau (IMB, 2019), através de seu relatório anual de 2019, fez levantamento dos casos, tentados e concretos, de pirataria e roubo armado. Estes dados foram consolidados na TAB. 12 (ANEXO E) no qual se observa que no período de 2015 a 2019 foram reportados 980 casos de pirataria e roubo armado nas diversas regiões. De forma mais detalhada, há 467 casos registrados na região da Ásia, 78 casos na região do subcontinente indiano, 117 casos na região das Américas e Caribe, 312 casos na região da África e 6 casos nas demais regiões do mundo. Outro ponto relevante é que se os mesmos dados forem vistos através dos anos, há: 246 casos em 2015, 191 casos em 2016, 180 casos em 2017, 201 casos em 2018 e 162 casos em 2019. O ano de 2019 foi o que teve menor ocorrência de eventos reportados.

Na região das Américas e Caribe, houve reportados 117 eventos desta natureza no mesmo período. Se considerados apenas os países da América do Sul (excluindo República Dominicana, Haiti, México e Panamá, observa-se que foram 101 ocorrências na região. De forma mais específica, 06 eventos no Brasil, 19 eventos na Colômbia, 09 eventos no Equador, 5 eventos na Guiana, 27 eventos no Peru e 35 casos na Venezuela, no mesmo período.

Resumindo, dos 980 casos reportados no período de 2015 a 2019, somente 6 casos ocorreram no Brasil (04 casos em 2018 e 02 casos em 2019). Estas ameaças são casos para serem coibidos através da Patrulha Naval. Percebe-se que pela baixa quantidade de casos na região do Brasil fica difícil admitir que eventos dessa natureza possam gerar Crises com outros Estados. Até pela quantidade de ocorrência não se pode nem afirmar que este tipo de evento possa afetar as LCM.

O comércio brasileiro movimenta valor expressivo de recursos financeiros e, dessa forma, as linhas de comunicação marítima são de extrema importância. Ao observar a TAB. 13 (ANEXO E), extrai-se que o Brasil, no ano de 2020, movimentou USD 209.180.241.655 em exportações e USD 158.786.824.879 em importações.

Nas exportações, os cinco principais parceiros comerciais foram China, Estados Unidos, Argentina, Países Baixos e Canadá conforme se constata na TAB. 14 (ANEXO E).

Do total exportado, foram movimentados por via marítima o valor de USD 184.269.022.864, por via aérea o valor de USD 12.658.740.167, por via rodoviária o valor de USD 10.958.947.955 e nas demais vias foi movimentado o valor de USD 1.293.530.669 conforme observa-se na TAB. 15 (ANEXO E). Assim, evidencia-se a importância das LCM para o comércio exterior já que quase 90% dos valores exportados ocorrem pelo mar.

Mesmo assim, os casos de roubo e pirataria foram pequenos e não foi encontrado no referido relatório indicações de que influenciaram ou geraram prejuízo ao comércio do Brasil. Assim, nada indica, no momento, que Estados ou atores não estatais venham a desencadear Crises visando afetar essas rotas comerciais.

Uma possibilidade é que a Marinha, ao participar de operações e exercícios com outros países, de certa forma, demostra a capacidade de seus meios navais e isso acaba por dissuadir outros Estados e atores de tentarem influir, com seus meios, nas LCM pelo menos no Entorno Estratégico.

Por outro lado, observa-se que a região da África é a segunda na quantidade deste tipo de ocorrência, perdendo somente para a região da Ásia. Dos 312 eventos reportados no

mesmo período, 166 casos ocorreram na região da Nigéria. Uma análise possível para a ocorrência elevada na região da África seja a incapacidade de se ter meios navais para se contrapor a este tipo de evento.

Uma possibilidade que pode ser considerada é que como este tipo de caso ocorre no Entorno Estratégico do Brasil, podem no futuro de deslocar para nossas as AJB e, portanto, há a necessidade de se ter um Poder Naval crível que gere efeito dissuasório no oponente.

No caso específico de pesca ilegal, não declarada e não regulamentada, observa-se que duas organizações, The Global Initiative Against Transnational Organized Crime e Poseidon Aquatic Resource Management Ltd., realizaram um estudo conjunto abordando 152 países costeiros e com base em 40 indicadores nos quais avaliam a quantidade de ocorrência deste tipo de ilícito, assim como a vulnerabilidade de cada Estado a estes casos e, ainda, a capacidade de cada país efetivamente de atuar contra este tipo ilícito, permitiu a criação de um índice consolidado, que compara os diversos Estados levando em consideração o seu nível de exposição a este ilícito e sua efetiva capacidade de resposta em combater este tipo de pesca. No seu relatório denominado The Illegal, Unreported and Unregulated Fishing Index (MACFADYEN et al., 2019), com dados de 2019 atribuiu índice a cada Estado variando de 1 (maior capacidade de enfrentamento/resposta) até 5 (menor capacidade de enfrentamento/resposta).

Observando as TAB. 16 e TAB. 17 (ANEXO E), que demonstram os valores atribuídos aos Estados da América do Sul e da costa ocidental africana, respectivamente, nota-se que este problema afeta com maior intensidade os países da costa ocidental africana, seja pelo maior número de ocorrências ou pela menor capacidade de resposta. Na América do Sul o Estado com melhor indicador é o Uruguai cujo valor de 1,89. O Brasil possui índice 2,13 e o Equador possui o pior índice dos países da região com 2,39. Na costa ocidental da África o melhor índice pertence a Gana e o pior índice pertence a Serra-Leoa.

Dessa forma, não foi encontrado no referido relatório indícios da ocorrência de Crises em nossas AJB no que se refere a esse ilícito. Uma possibilidade é que a ocorrência do que já vimos como pirataria, roubo armado e pesca ilegal, não declarada e não regulamentada tenha maior prevalência naquelas regiões onde o Estado não tenha capacidade de se contrapor. Ter um Poder Naval de credibilidade acaba por mitigar este tipo de ocorrência.

Além disso, há ainda como ameaça o tráfico de drogas e o terrorismo. Abordando o tráfico de drogas, percebe-se que de acordo com o "United Nations Office on Drugs and Crime"[13] foram reportadas , no período de 2015 a 2019, ao referido escritório, as quantidades

_____

de cocaína apreendidas e evidenciadas nas TAB. 18 e TAB.19 (ANEXO E). São valores expressivos principalmente na América do Sul. Isso indica que muita dessa cocaína pode estar também sendo escoada pelo Brasil para outros países.

Nas AJB, cabe a Marinha do Brasil contribuir para o combate deste tipo de ilícito. Apesar do tráfico de drogas ser expressivo, nada indica a possibilidade de Crises na região, conforme a definição de Crise político-estratégica com algum Estado do Entorno Estratégico.

No caso específico de terrorismo, o "Institute for Economics & Peace (IEP)" realizou um estudo, chamado "The Global Terrorism Index 2020 – Measuring the Impact of Terrorism" (IEP, 2020) baseado nos dados contidos no "Global Terrorism Database do National Consortium for the Study of Terrorism and Responses to Terrorism" no qual quantificou o impacto de eventos de terrorismo e dessa forma criou um índice consolidado avaliando diversos países para que fosse possível comparar a incidência deste tipo de ocorrência. Este índice varia de 0 até 10 representando o impacto do terrorismo em um país específico e quanto maior este índice, maior é o impacto do terrorismo naquele país. No referido estudo, terrorismo é definido como a ameaça ou uso ilegal, de força ou violência, por ator não estatal para atingir propósitos políticos, econômicos, religiosos ou sociais através do medo, coerção ou intimidação.

Observa-se na TAB. 20 (ANEXO E), que na América do Sul os três países que sofrem maior impacto deste tipo de ocorrência são Colômbia, Chile e Venezuela. Já na costa ocidental da África, TAB. 21, os destaques ficam para Nigéria, República Democrática do Congo e Camarões. Se compararmos estes seis Estados pode-se ver que os índices dos países africanos são bem superiores aos índices dos da América do Sul. De qualquer forma, mesmo pela ocorrência destes eventos no entorno estratégico brasileiro não há evidências, no referido relatório, que este tipo de evento possa desencadear uma Crise político-estratégica envolvendo o Brasil.

O emprego diplomático das Marinhas de Guerra acaba por difundir suas capacidades perante a outros Estados e acaba por inibir ou diminuir esse tipo de evento nas águas jurisdicionais dos Estados, além de evitar, pelo efeito dissuasório que acabam gerando, episódios de Crise.

4.5.2 A Diplomacia Naval

---

[13] Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (tradução nossa)

Bittencourt (2017) afirma que o Poder Naval tem grande potencial de emprego em tempos de paz e é também muito relevante para a política externa de um Estado já que os navios de guerra ao mostrarem sua bandeira em outros países acabam sendo formidáveis instrumentos de diplomacia. Cita como exemplo as operações com Marinhas aliadas: as Operações UNITAS (Estados Unidos); as Operações FRATERNO (Argentina), além da participação em missões de paz em que destaca as que ocorreram em São Domingos, Angola, Moçambique, Nicarágua, Haiti e no Líbano; e por fim, as viagens de instrução a bordo dos navios-escola assim como as visitas a portos estrangeiros.

Em Crises, Bittencourt (2017), cita eventos como a missão da Força Naval, no Rio Paraguai, na década de 1850, cujo objetivo era obter do Paraguai a livre navegação no rio, de modo a garantir o acesso brasileiro a Mato Grosso. A referida missão, cujo comando era do Almirante Pedro Ferreira de Oliveira, não teve sucesso neste evento.

Um segundo exemplo citado pelo autor é o da missão, sob comando do Almirante Barão de Tamandaré em 1864, no Uruguai, que tinha o propósito de respaldar as ações da diplomacia brasileira, de modo a obter compensações e garantias do Governo do Uruguai para as propriedades de brasileiros residentes durante a guerra civil nesse país.

Finalizando, cita o emprego dos meios navais no episódio que ficou conhecido como Guerra da Lagosta, já abordado, na década de 1960, que acabou por resultar em êxito brasileiro.

Pelos dados que foram levantados até o momento, há de se observar que o Brasil possui uma Marinha, comparada com as demais do Entorno Estratégico, com os principais meios navais de destruição em quantidade superior a grande maioria dos países da região. Vem mantendo os níveis de adestramentos em cursos no CAAML e com outras Marinhas em diversos exercícios e operações combinadas, demonstrando a outros Estados as suas plataformas e capacidades com o propósito de inibir, através de efeito dissuasório, que Estados da região venham a desencadear Crises com o Brasil.

Ademais, possui efetivo naval e orçamento também superiores aos países do entorno estratégico. Já participou de diversas operações de paz, sendo a última no Líbano que fica a uma distância[14] aproximada de 6.194 milhas náuticas (Porto de Beirute) do Porto do Rio de Janeiro. Para efeito de comparação às distâncias para Nigéria, Angola e África do Sul são de

---

[14] Foi utilizada a ferramenta do sítio https://sea-distances.org/ para mensurar as referidas distâncias.

aproximadamente 3.268 milhas náuticas, 3.357 milhas náuticas e 3.272 milhas náuticas respectivamente, ou seja, uma média acima de 3.000 milhas náuticas, muito inferior ao já navegado na Operação de Paz no Líbano.

Vale lembrar que a Amazônia Azul possui área total de 5.669.852,41 Km^2 e que a área marítima do Entorno estratégico é de 55 milhões de km^2. Estes dados foram obtidos nas informações contidas na mensagem, R-262203Z/MAR/2021 de ARMADA. Essas distâncias aliadas aos ilícitos citados acima como pirataria, roubo contra navios, pesca ilegal, não declarada e não regulamentada, tráfico de drogas e terrorismo, podem dificultar a obtenção e processamento de todos estes dados.

Uma possibilidade para mitigar este problema é dar ênfase no programa estratégico Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), de modo a possibilitar o monitoramento e controle, de forma integrada, das AJB assim como as áreas internacionais de responsabilidade para operações de Socorro e Salvamento, e dessa forma poder "enxergar" o que ocorre nas áreas de interesse do Brasil.

Uma outra possibilidade é incrementar a cooperação entre os países do Entorno Estratégico. Essa cooperação pode ocorrer utilizando ambientes já conhecidos e do qual o Brasil faz parte. Um deles é a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). A referida região foi criada pelas Nações Unidas em 1986 e tem como propósito, evitar a introdução de armamentos nucleares e outros de destruição em massa na região, bem como, por meio do multilateralismo, aproveitar todo o potencial socioeconômico da área.

Fazem parte desse acordo, além do Brasil, outros 23 países: África do Sul, Angola, Argentina, Benin, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai.

Isso pode possibilitar a troca de informações entre os países da região e assim aumentar a quantidade de conhecimentos da área. Dessa forma, com as informações obtidas do SisGAAz aliadas as informações obtidas, pela troca de informações, dos países membros da ZOPACAS, inibiria o fator surpresa das Crises, ampliaria a consciência situacional marítima da região e acima de tudo permitiria aos envolvidos adotar medidas cooperativas de modo que seja mantida a boa ordem no mar.

5 CONCLUSÃO

O tema Crise foi abordado desde o início deste estudo já que possui relevância uma vez que os Estados, desde sempre, procuram obter riquezas nos diversos espaços marítimos. No caso específico do Estado brasileiro, as riquezas da Amazônia Azul podem ser motivo de disputa por outros Estados. Para mitigar estas possíveis ocorrências, foi necessário definir este fenômeno. Foi demonstrada a definição que utilizamos nessa tese e apontada a diferença para outros tipos de Crise. Ao ter a definição de Crise Internacional Político Estratégica foi possível entender as suas características e perceber que cada episódio desse tipo é único, porém os atores envolvidos a percebem de forma distinta.

A questão da percepção é de fundamental importância já que é a mola propulsora de como as ações se desenvolvem em um ambiente dessa natureza. O valor atribuído ao que está sendo motivo de atrito depende de como cada Estado percebe aquele objetivo como vital. Isso é importante já que sendo a Crise um estágio no espectro dos conflitos pode, dependendo de como os eventos são manobrados, ter como resultado o conflito armado.

Apesar do conflito armado ser uma forma de resolver questões antagônicas, as vezes os custos envolvidos não são compatíveis com o objeto disputado. Dessa forma explorar eventos de Crise permitem que se descubram os reais interesses dos envolvidos em episódios dessa natureza e, assim, tentar propor uma saída dela no que foi chamado de paz vantajosa. Foram detalhadas características como a surpresa, a premência de tempo para decisão, a necessidade de entender o que é vital para o oponente e a limitação do objetivo ao que se considera vital naquele evento, de forma a ter a exata noção de como se comporta este fenômeno.

Abordou-se que existem estratégias mais agressivas e outras menos, que são empregadas de acordo com o que o nível político considera como vital. A concentração das decisões, no maior nível político do Estado, foi compreendida como a forma de tentar evitar erros de julgamento dos eventos durante este processo, o que, nestes casos, pode aumentar o nível de tensão entre as partes escalando o conflito. Ficou bem claro que em eventos dessa natureza existe a possibilidade do emprego da força como forma de resolver a questão. Não poderia ser diferente, já que nesses eventos são vislumbradas o emprego de todas as expressões do Poder Nacional. Já que uma das expressões do Poder Nacional é a expressão militar, fica evidente que o emprego da força pode ser considerado como forma de se resolver a Crise.

Posteriormente, foi identificado o que vem a ser a Manobra de Crise, que são exatamente as medidas que podem ser adotadas para a solução da controvérsia. Apesar de não ser uma receita universal, são posturas que foram observadas ao longo de diversos eventos

similares, como práticas que aumentam as chances de resolver a disputa e evitar o conflito armado.

Nas Crises existem elementos como tensão, oportunidades, riscos e intencionalidade, e a manipulação de cada um deles, permite que cada Estado defina a importância dada aos objetivos que estão "em jogo". Foram demonstradas as melhores práticas para se manobrar com a Crise visando atingir os objetivos do nível político e tentando não permitir o descontrole para o conflito armado. A necessidade de controle sobre o ritmo das ações, assim como um fluxo adequado de informações e, ainda, a definição das regras de engajamento permitem que o nível político tenha o controle sobre todas as ações que possam ser decididas. Todo esse cuidado visa que a centralização das decisões, em somente um decisor, mitigue o risco de ocorrência de guerras inadvertidas, que são aquelas que ocorrem sem que nos momentos iniciais fosse o desejo das partes envolvidas. De forma simples, tem como propósito evitar erros de julgamentos decorrentes de má interpretação de sinais emitidos pelo oponente ou, ainda, de provocações realizadas.

Foram apresentadas também as estratégias de uso da força na qual, devido as suas características, o Poder Naval tem papel importante nos eventos de uma Crise. O emprego do Poder Naval junto com a diplomacia é uma das formas de se atingir os objetivos o Poder Político. Essas plataformas podem ser empregadas em quantidade e intensidade distintas que, da mesma forma como podem ser vistos como instrumentos a serviço da diplomacia, podem ser vistos como instrumentos de guerra a disposição do Estado.

Com um olhar sobre o Entorno Estratégico do Brasil, foi feita uma análise da possibilidade do emprego do Poder Naval do Brasil em Manobra de Crise nesse espaço. Para levar a efeito esta análise foram identificados os Estados que se encontram em nosso Entorno, basicamente os da América do Sul e da costa ocidental da África. Foi feita a comparação do PIB de cada Estado já que a economia de um país é um fator importante para a manutenção de uma Poder Naval crível. A decisão de aplicação de recursos no Poder Naval de cada Estado varia com a importância com que avalia as ameaças a que está sujeito.

Posteriormente, avaliamos os efetivos das diversas Marinhas destes Estados já que para se ter credibilidade no uso da força é necessário ter meios e pessoal capazes de atuar nestes eventos. Na questão de PIB e efetivo, a MB possui os maiores números quando comparados aos demais Estados da região.

Foi detalhado também que os gastos militares do Brasil são superiores a todos estes Estados, mesmo tendo que levar em consideração as despesas com pessoal. De igual forma avaliamos os principais meios navais (Corvetas, Fragatas, Submarinos e Navio Aeródromo)

destes Estados e ficou claro que o Brasil está entre os países que possui as maiores quantidades destes meios navais. Principalmente nos países da costa africana, em sua grande maioria, possuem apenas navios patrulhas para fazer frente a ameaças. Isso já permite entender que na região, a MB possui meios navais bem superiores aos países da costa africana.

Mesmo com as restrições orçamentárias impostas a MB, a partir de 2015, foi possível manter os adestramentos de pessoal de modo a ter pessoal pronto para ser empregado. É bem verdade que a diminuição das despesas discricionárias aliada a vida útil dos principais meios navais aqui detalhados inspira cuidados. Como abordado em toda a tese, para gerar efeito dissuasório, e ter credibilidade no emprego da força, é necessário ter meios prontos a serem empregados, e isto demanda recursos para prontificação destes meios.

Contudo, foi possível a MB ser empregada em diversas operações e exercícios no período de 2016 a 2019 e assim demonstrar as demais nações as plataformas navais que possui, o nível de adestramento de seu pessoal e a própria capacidade de operar de forma combinada. O conjunto de meios navais, efetivos, recursos alocados e adestramento, assim como o emprego em exercícios com outros Estados gera credibilidade para MB e inibe, pela dissuasão, que outros Estados, do nosso Entorno, venham a se aventurar pela disputa de recursos em nossas AJB.

Assim, não há no momento elementos suficientes que indiquem que a Marinha do Brasil será empregada em Manobra de Crise, nessa região, considerando a definição de Crise Internacional Político Estratégica. Porém, se fosse empregada, nestas condições, em situações envolvendo países do entorno estratégico, já vimos que possui meios em quantidade superior se comparada aos países da costa africana e, caso comparada com as demais Marinhas da América do Sul, está entre as que possui maior quantidades destes principais meios navais. É fato que em situações dessa natureza surjam aliados que podem dar suporte a cada uma das partes envolvidas porém, a análise mais aprofundada dessa questão, vai depender dos atores inseridos em cada Crise.

Tentando mitigar a obsolescência de meios o Programa Fragatas Classe Tamandaré veio tentar reduzir este problema, porém se as restrições financeiras continuarem nos níveis apresentados, e nada indica que a situação financeira será melhor nos demais anos, talvez seja necessário compreender que os meios de escolta serão mesmo reduzidos quando comparados ao que já foi possível ter no passado.

Já que a possibilidade de emprego em Manobra de Crise no entorno estratégico, é possível, porém pouco provável, já que não se vislumbra atritos ou disputas com os países dessa região, aliado ao efeito dissuasório, que gera no oponente percepções que inibem este tipo de

atitude, e considerando também que os principais meios navais de que dispomos e vamos dispor, percebe-se que nada indica, no momento, a ocorrência de uma Crise Internacional Político Estratégica envolvendo estes países e a Marinha do Brasil.

Da mesma forma a ocorrência de ilícitos ou crimes na Amazônia Azul, pela sua baixa ocorrência e intensidade como visto ao longo deste estudo não indica a ocorrência de Crises com outros Estados, sendo assuntos de Patrulha Naval que devem ser abordados com a autoridade que se tem nos diversos limites marítimos do Brasil. O que é possível de ocorrer é o deslocamento da área de maiores ocorrências destes crimes para a região da Amazônia Azul e, portanto, motivo de interesse e preocupação.

A redução de meios e orçamento, talvez indiquem que deva ser feito um novo dimensionamento dos meios da Esquadra, incentivando a ampliação de sistemas eletrônicos de vigilância, aqui me refiro ao Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul, que permitam aumentar a consciência situacional marítima nas nossas AJB e possibilitar que os meios navais sejam empregados de forma pontual nos casos detectados por esta vigilância eletrônica.

Assim, será possível ter condições de visualizar o que acontece nas AJB e nos antecipar a possíveis sinais de Crises na região por disputa de recursos nessas áreas. No caso do entorno estratégico, a cooperação, através da troca de informações com os países membros da ZOPACAS, pode ampliar as informações da região e assim permitir o estabelecimento de consciência situacional marítima nos moldes da proposta na região da Amazônia Azul.

Fato importante é lembrar que o que gera efeito dissuasório é a letalidade que um Estado possui, através de seus meios, como forma de se contrapor as diversas ameaças a que está sujeito. A realidade hoje apresenta que as atividades ilícitas que podem ocorrer na AJB são a maior ameaça ao Estado Brasileiro e o emprego da Patrulha Naval é indispensável para coibir estas condutas nos diversos espaços marítimos. Porém, este não pode ser o argumento principal para permitir que haja a redução dos principais meios de destruição da MB focando somente nessas tarefas.

A Crise pode surpreender os envolvidos pela sua ocorrência já que não se espera um evento dessa natureza no curso normal dos acontecimentos. O desencadeamento proposital de uma situação dessas, por determinado Estado, gera a necessidade de pronta resposta através de meios e pessoal que possuam credibilidade no emprego. Nestes casos são os meios da Esquadra os mais aptos a enfrentar estas situações pelo grau de letalidade que apresentam e, portanto, é necessário dispor desses meios para não ser surpreendido pela ocorrência deste fenômeno.

Se neste momento as restrições orçamentárias dificultam a obtenção e manutenção

de meios com maior grau de destruição, e as ameaças atuais se concentram na região da Amazônia Azul, que seja uma meta a ser buscada visando manter o Poder Naval do Brasil com credibilidade suficiente para que, através da dissuasão, iniba a ocorrência de ilícitos e Crises com Estados do nosso Entorno Estratégico.

Dessa forma este estudo ao analisar o que vem a ser Crise, analisar o que vem a ser Manobra de Crise e por fim analisar a possibilidade de emprego da Marinha do Brasil, em Manobra de Crise, através de dados pesquisados acerca dos países do Entorno Estratégico atingiu o seu propósito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

BRASIL. Diretoria de Administração da Marinha. **Anuário Estatístico da Marinha 2015**. Rio de Janeiro, 2015.

_____. Diretoria de Administração da Marinha. **Anuário Estatístico da Marinha 2016**. Rio de Janeiro, 2016.

_____. Diretoria de Administração da Marinha. **Anuário Estatístico da Marinha 2017**. Rio de Janeiro, 2017.

_____. Diretoria de Administração da Marinha. **Anuário Estatístico da Marinha 2018**. Rio de Janeiro, 2018.

_____. Diretoria de Administração da Marinha. **Anuário Estatístico da Marinha 2019**. Rio de Janeiro, 2019a.

_____. Estado-Maior da Armada. **EMA-305 Doutrina Militar Naval**. Brasília, 2017a.

_____. Estado-Maior da Armada. **EMA-334 Manual de Gabinete de crise (Rev1)**. Brasília, 2018.

_____. Estado-Maior da Armada. **EMA-321 (RES) Manual de Estratégia e Manobra de Crises Internacionais.** Brasília, 2002.

_____. Estado-Maior da Armada. **EMA-323 Política Naval**. Brasília, 2019.

_____. Estado-Maior da Armada. **EMA-300 Plano Estratégico da Marinha**. Brasília, 2020a.

_____. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2020b. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/politica-nacional-de-defesa. Acesso em: 10 Mar 2021.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao /constituicao.htm. Acesso em: 05 julho 2021.

_____. **Decreto nº 5.129, de 6 de julho de 2004.**: Dispõe sobre a Patrulha Naval e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5129.htm. Acesso em: 12 julho 2021.

_____. **Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999**: Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Brasília: Presidência da República, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp97.htm. Acesso em: 05 julho 2021.

_____. **Lei nº 8.617, de 4 de janeiro de 1993**: Dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileiros, e dá outras providências.

Brasília: Presidência da República, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8617.htm. Acesso em: 07 julho 2021.

_____. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília: Ministério da Defesa, 2020c.

_____. MD51-M-04. **Doutrina Militar de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2007b.

BEKKEVOLD, Jo Inge; TILL, Geoffrey. **International Order at Sea**. London: Macmillan Publishers Ltd, 2016. ISBN 978-1-137-58663-6.

BITTENCOURT, Armando S. O pensamento militar de Rio Branco e o emprego do Poder Militar na paz. **Revista Navigator**, Rio de Janeiro, V. 13, no 25, p. 124-132 – 2017.

BOOTH, K. **Navies and foreign policy**. London: Croom Helm Ltd, 1977. 294p. ISBN 0-85664-323-8.

BRECHER, M. **Studies in crisis behavior**. New Brunswick, NJ: Transaction Books, 1979. 384 p. ISBN 0878552928.

CABLE, James. **Gunboat Diplomacy, 1919-1991**. London: The MacMillian Press Ltd, 1994. 260p. ISBN 978-0-333-61680-2.

CAREY, Roger; SALMON, Trevor C. **International security in the modern world**. London: MacMillian Press Ltd, 1996. 241p. ISBN 0333490223.

CHANG, King-Yuh. Practical Suggestions for Crisis Management: An Invetory. In: FREI, Daniel. **Managing international crises**. Beverly Hills, California. SAGE, 1982. p.199-210. ISBN 0803918496.

CRAIG, Gordon A.; GEORGE, Alexander L. **Force and statecraft: diplomatic problems of our time.** 3. ed. New York; Oxford: Oxford University Press, 1995. 304p. ISBN 0195092449.

DIAS, Reinaldo. **Ciência política**.1. ed. 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2011. 296p. ISBN 9788522451319.

DESSOUKI, Ali E. Hillal. The Middle East Crisis – Theoretical Propositions and Examples. In: FREI, Daniel. **Managing international crises**. Beverly Hills, California. SAGE, 1982. p.87-95. ISBN 0803918496.

DEUTSCH, Karl W. Crisis Decision Making: The Information Approach. In: FREI, Daniel. **Managing international crises**. Beverly Hills, California. SAGE, 1982. p.15-28. ISBN 0803918496.

FREI, Daniel. **Managing international crises**. Beverly Hills, California. SAGE, 1982. ISBN 0803918496.

FREUND, Julien. **Sociología del conflicto.** Madrid: Ediciones Ejercito, 1995. ISBN 8478233857.

GEORGE, Alexander L.; BAR-SIMAN-TOV, Yaacov. **Avoiding war: problems of crisis management**. Boulder, Co.: Westview, c1991. 590 p. ISBN 0813312329.

GEORGE, Alexander L. Crisis Management: Requirements and Problems. In: RODERICK, Hilliard; MAGNUSSON, Ulla. **Avoiding inadvertent war : crisis management.** Lyndon B. Johnson School of Public Affairs, University of Texas at Austin, 1983. 208 p. ISBN 0899400051. Disponível em https://archive.org/details/avoidinginadvert0000unse/mode/2up Acesso em 02 Mai 2021.

HERMANN, Charles F. International crisis as a situational variable. In: ROSENAU, J.**International politics and foreign policy**. New York: The Free Press, 1969. p. 409-421.

ICC INTERNATIONAL MARITIME BUREAU (IMB). **ICC IMB Piracy and Armed Robbery against ships – 2019 annual report.** London, 2019. Disponível em https://www.icc-ccs.org/reports/2019_Annual_Piracy_Report.pdf. Acesso em 31 Jul 2021.

INSTITUTE FOR ECONOMICS & PEACE (IEP). **Global Terrorism Index 2020: Measuring the Impact of Terrorism**. Sydney, 2020. Disponível em https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/GTI-2020-web-2.pdf. Acesso em 09 Ago 2021.

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. **Introdução às relações internacionais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013. 478p. ISBN 9788571109681.

MACFADYEN, G.; HOSCH, G.; KAYSSER, N; TAGZIRIA, L. **The IUU Fishing Index, 2019.** Poseidon Aquatic Resource Management Limited e The Global Initiative Against Transnational Organized Crime. Disponível em https://iuufishingindex.net/include/IUU-Report.pdf. Acesso em 31 Jul 2021.

MEISEL, John. Communications and Crisis – A Preliminary Mapping. In: FREI, Daniel. **Managing international crises**. Beverly Hills, California. SAGE, 1982. p 61-75. ISBN 0803918496.

MERRITT, Richard L. Improbable events and expectable behavior. In: FREI, Daniel. **Managing international crises**. Beverly Hills, California. SAGE, 1982. p.77-86. ISBN 0803918496.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. Manual do candidato: política internacional. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. 354p.; ISBN : 978-85-7631-404-2.

RAZA, Salvador G. **As Crises e a Manobra de Crises**. Plataforma digital SCRIBD, 2014. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/244768173/As-Crises-e-a-Manobra-de-Crises Acesso em: 30 Abr 2021.

RODERICK, Hilliard; MAGNUSSON, Ulla. **Avoiding inadvertent war : crisis management.** Lyndon B. Johnson School of Public Affairs, University of Texas at Austin, 1983. 208 p. ISBN 0899400051. Disponível em https://archive.org/details/avoidinginadvert0000unse/mode/2up Acesso em 02 Mai 2021.

ROSENTHAL, U. & BOIN, Arjen & COMFORT, Louise. The changing world of crises and crisis management. In: ROSENTHAL, U. & BOIN, Arjen & COMFORT, Louise. **Managing Crises: Threats, Dilemmas, Opportunities**. Illinois (EUA): Charles C Thomas Publisher Ltd, 2001. p. 5-27. ISBN 039807223X.

SALMON, T. C.; ALKADARI, R. Crises, crisis management and crisis prevention. In: CAREY, Roger; SALMON, Trevor C. **International security in the modern world**. London: MacMillian Press Ltd, 1996. p.115-132. ISBN 0333490223.

STEIN, Janice G. Can decision-makers be rational, and should they be ? Evaluating the quality of decisions. In: BRECHER, M. **Studies in crisis behavior**. New Brunswick, NJ: Transaction Books, 1979. p.316-339. ISBN 0878552928.

STAVRIDIS, James. **Sea power : the history and geopolitics of the world's oceans**. New York : Penguin Press, 2017. ISBN 9780735220607 (e-book)

TAYLOR, S. A.; RALSTON, T J. The Role of Intelligence in Crisis Management. In: GEORGE, Alexander L.; BAR-SIMAN-TOV, Yaacov. **Avoiding war: problems of crisis management.** Boulder, Co.: Westview, c1991. p. 395-412.
THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES (IISS). **The Military Balance 2004**. London: Routledge - The Taylor and Francis Group, 2004.

THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES (IISS). **The Military Balance 2015**. London: Routledge - The Taylor and Francis Group, 2015.

THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES (IISS). **The Military Balance 2017**. London: Routledge - The Taylor and Francis Group, 2017.

THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES (IISS). **The Military Balance 2020**. London: Routledge - The Taylor and Francis Group, 2020.

THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES (IISS). **The Military Balance 2021**. London: Routledge - The Taylor and Francis Group, 2021. ISBN 978-1-032-01227-8.

TILL, Geoffrey. **Sea Power: a Guide for the Twenty-First Century**. 2nd ed. United States (USA): Routledge, 2009. ISBN 0-203-88048-X

UNITED NATIONS. **United Nations Convention on the Law of the Sea.** Jamaica: Montego Bay, 1982. Disponível em https://www.un.org/Depts/los/convention_agreements/texts/unclos/unclos_e.pdf. Acesso em 07 Jul 2021.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). **UNCTAD STAT – General Profile: Brazil.** 2019. Disponível em https://unctadstat.unctad.org/CountryProfile/GeneralProfile/en-GB/076/GeneralProfile076.pdf. Acesso em 12 Jul 2021.

VIDIGAL, Armando A. F. **O emprego político do poder naval**. Rio de Janeiro: EGN, [198-]. 48 p. ISBN (Broch.)

ANEXO A – Formas de Emprego da Marinha do Brasil

Na Guerra Naval, a Marinha do Brasil, pode ser empregada nas seguintes operações: Operação de Ataque, Operação Antissubmarino, Operação Anfíbia, Operações de Minagem e de Contramedidas de Minagem, Operação de Esclarecimento, Operação de Bloqueio, Operação de Apoio Logístico Móvel, Operações Especiais, Operação de Defesa de Porto ou de Área Marítima Restrita, Operação de Defesa do Tráfego Marítimo, Operação de Informação, Operação de Interdição Marítima, Operação Psicológica, Operação de Busca e Resgate em Combate ou de Combate SAR, Operação Ribeirinha, Operação Terrestre de Caráter Naval, Operação Civil-Militar, Operação de Inteligência e Operação de Defesa de Ilhas e Arquipélagos Oceânicos (BRASIL, 2017a).

Nas atividades de Emprego Limitado da Força, a Marinha do Brasil, pode ser empregada da seguinte forma: Garantia dos Poderes Constitucionais, Garantia da Lei e da Ordem, Segurança durante Viagens Presidenciais em Território Nacional, ou em eventos na Capital Federal, Ações contra Delitos Transfronteiriços e Ambientais, Patrulha Naval, Inspeção Naval, Cooperação com Órgãos Federais, Operações de Retomada e Resgate, Segurança das Instalações Navais, Segurança do Tráfego Marítimo, Operações de Paz, Operação de Evacuação de Não Combatentes e Segurança de Representações Diplomáticas (BRASIL, 2017a).

Por fim, nas atividades Benignas, a Marinha do Brasil, pode ser empregada da seguinte forma: Apoio à Política Externa, Operação Humanitária, Ação Cívico-Social, Operação de Socorro, Operação de Salvamento, Desativação de Artefatos Explosivos, Cooperação com o Desenvolvimento Nacional, Cooperação com a Defesa Civil, Participação em Campanhas Institucionais de Utilidade Pública ou de Interesse Social, Orientação e Controle da Marinha Mercante e de suas Atividades Correlatas , no que interessa à Defesa Nacional, Segurança da Navegação Aquaviária, Contribuição para a Formulação e Condução de Políticas Nacionais que digam respeito ao Mar, Apoio ao Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro, Programas Sociais da Defesa (BRASIL, 2017a).

ANEXO B – Limites Marítimos

O MT, definido no art. 3 º da Convenção, compreende uma faixa de doze milhas náuticas de largura, medidas a partir da linha de base. Nesse espaço marítimo, os Estados exercem soberania sobre essa massa líquida e o espaço aéreo sobrejacente, bem como sobre leito e o subsolo deste mar. Internamente, o Brasil regulou esse espaço através dos art., 1º e 2º da Lei nº 8.617 de 04 de janeiro de 1993.

A ZC, definida no art. 33 º da Convenção, compreende uma faixa que não pode se estender além de 24 milhas náuticas da linha de base. Nesse espaço marítimo, os Estados exercem fiscalização necessária para: a) evitar as infrações às leis e aos regulamentos aduaneiros, fiscais, de imigração ou sanitários, nos seus territórios, ou no seu mar territorial e b) reprimir as infrações às leis e aos regulamentos, no seu território ou no seu mar territorial. Internamente, o Brasil regulou esse espaço através dos art., 4º e 5º da Lei nº 8.617 de 04 de janeiro de 1993 que o define como sendo uma faixa que se estende das doze às vinte e quatro milhas náuticas.

A ZEE, definida no art. 57 º da Convenção, compreende uma faixa que se estende das doze às duzentas milhas náuticas, contadas a partir das linhas de base que servem para medir a largura do mar territorial. Internamente, o Brasil regulou esse espaço através dos art., 6º 7 º, e 8º da Lei nº 8.617 de 04 de janeiro de 1993. Nesse espaço marítimo, o Brasil tem direitos de soberania para fins de exploração e aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais, vivos ou não-vivos, das águas sobrejacentes ao leito do mar, do leito do mar e seu subsolo, e no que se refere a outras atividades com vistas à exploração e ao aproveitamento da zona para fins econômicos.

A PC , definida no art. 76 º da Convenção, compreende o leito e o subsolo das áreas submarinas que se estendem além do seu mar territorial, em toda a extensão do prolongamento natural de seu território terrestre, até o bordo exterior da margem continental, ou até uma distância de duzentas milhas marítimas das linhas de base, a partir das quais se mede a largura do mar territorial, nos casos em que o bordo exterior da margem continental não atinja essa distância. Estas distâncias não podem exceder 350 milhas náuticas das linhas de base ou exceder 100 milhas náuticas da isóbata de 2.500 metros. Internamente, o Brasil regulou esse espaço através dos art., 11º à 16 º da Lei nº 8.617 de 04 de janeiro de 1993. Nesse espaço, o Brasil exerce direitos de soberania sobre a plataforma continental, para efeitos de exploração dos recursos naturais. Tem o direito exclusivo de regulamentar a investigação científica marinha, a proteção e preservação do meio marinho, bem como a construção, operação e o uso de todos os

tipos de ilhas artificiais, instalações e estruturas.

ANEXO C – Meios da Marinha do Brasil

Os meios da Esquadra são compostos por 22 Navios: a) Navio-Aeródromo Multipropósito (A140 - "Atlântico"); b) Fragatas Classe Niterói (F41 - "Defensora", F42 - "Constituição", F43 - "Liberal", F44 - "Independência" e F45 - "União"); c) Fragata Classe Greenhalgh (F49 - "Rademaker"); d) Corvetas Classe Inhaúma (V32 - "Julio de Noronha"); e) Corvetas Classe Barroso (V34 - "Barroso"); f) Submarinos Classe Tupi (S30 - "Tupi", S31 - "Tamoio", S32 - "Timbira" e S33 - "Tapajó"); g) Submarinos Classe Tikuna (S34 - "Tikuna"); h) Navio de Socorro Submarino (K120 - "Guillobel"); i) Navio Doca Multipropósito (G40 - "Bahia"); j) Navio de Desembarque de Carros de Combate (G25 - "Almirante Saboia" e G28 - "Mattoso Maia"); k) Navio-Escola (U27 - "Brasil"); l) Navio Tanque (G23 - "Almirante Gastão Motta"); m) Navio Veleiro (U20 - "Cisne Branco") e n) Embarcação de Dbq. de Carga Geral (L20 - "Marambaia").

Os meios de pesquisa são compostos por 11 Navios: a) Navio de Apoio Oceanográfico (H44 - "Ary Rongel"); b) Navio Polar (H41 - "Almirante Maximiano"); c) Navio Oceanográfico (H40 - "Antares"); d) Navio Hidrográfico (H21 - "Sirius"); e) Navio Hidroceanográfico Faroleiro (H34 - "Almirante Graça Aranha"); f) Navios Hidroceanográficos (H35 - "Amorim do Valle", H36 - "Taurus", H37 - "Garnier Sampaio" e H38 - "Cruzeiro do Sul"); g) Navio de Pesquisa Hidroceanográfico (H39 - "Vital de Oliveira") e h) Aviso de Pesquisa Hidroceanográfico (H11 - "Aspirante Moura").

Os meios distritais são compostos por 61 Navios: a) Navio de Apoio Logístico Fluvial (G17 - "Potengi"); b)Corveta Classe Imperial Marinheiro (V19 - "Caboclo"); c) Navios-Patrulha Oceânico (P120 - "Amazonas", P121 - "Apa" e P122 - "Araguari"); d) Navios de Apoio Oceânico Classe Mearim (G150 - "Mearim", G151 - "Iguatemi" e G152 – "Purus"); e) Navios-Patrulha Classe Piratini (P10 - "Piratini", P11 - "Pirajá", P12 - "Pampeiro", P14 - "Penedo" e P15 - "Poti"); f) Navios-Patrulha Fluvial Classe Pedro Teixeira (P20 - "Pedro Teixeira" e P21 - "Raposo Tavares"); g) Navios-Patrulha Fluvial Classe Roraima (P30 - "Roraima", P31 - "Rondônia" e P32 - "Amapá"); h) Navios-Patrulha Classe Grajaú (P40 - "Grajaú", P41 - "Guaíba", P42 - "Graúna", P43 - "Goiana", P44 - "Guajará", P45 - "Guaporé", P46 - "Gurupá", P47 - "Gurupi", P48 - "Guanabara", P49 - "Guarujá", P50 - "Guaratuba" e P51 - "Gravataí"); i) Navios-Patrulha Classe Bracuí (P60 - "Bracuí", P61 - "Benevente", P62 - "Bocaina" e P63 - "Babitonga"); j) Navios-Patrulha Classe Macaé (P70 - "Macaé" e P71 - "Macau"); k) Navios-Varredores Classe Aratu (M15 - "Aratu", M17 - "Atalaia" e M18 - "Araçatuba"); l) Rebocadores de Alto-Mar Classe Triunfo (R21 - "Tritão" e R23 - "Triunfo"); m) Monitor (U17 - "Parnaíba");

n) Navios de Assistência Hospitalar (U16 - "Doutor Montenegro", U18 - "Oswaldo Cruz", U19 - "Carlos Chagas", U21 - "Soares de Meirelles" e U28 - "Tenente Maximiano"); o) Navio-Auxiliar (U15 - "Pará"); p) Navio-Transporte Fluvial (G15 - "Paraguassu" e G16 - "Alte. Leverger"); q) Aviso Hidroceanográfico Fluvial (H12 - "Rio Tocantins", H13 - "Rio Xingu", H14 - "Rio Solimões", H15 - "Rio Negro" e H17 - "Caravelas"); r) Navio Hidroceanográfico Fluvial (H10 - "Rio Branco"); e s)Navios Hidrográficos Balizadores (H18 - "Comandante Varella", H19 - "Tenente Castelo", H20 - "Comandante Manhães", H25 - "Tenente Boanerges" e H26 - "Faroleiro Mario Seixas").

ANEXO D – Operações / Exercícios Realizados

a) ASPIRANTEX – País sede: Argentina e Uruguai. Participantes: Brasil, Uruguai e Argentina. Propósito: É um exercício multinacional que tem por objetivo aprimorar o adestramento de meios e estreitar os laços de amizade.

b) BRACOLPER - País sede: Colômbia e Peru. Participantes: Brasil, Colômbia e Peru. Propósito: É um exercício multinacional cujo objetivo é estreitar laços de amizade com os países visitados.

c) CARIBEX - País sede: Países da América Central. Participantes: Brasil, Guiana, Porto Rico, Antígua e Barbuda, Martinica e Suriname. Propósito: Exercício multinacional que tem como objetivo o adestramento e visitas de representação a portos estrangeiros.

d) PLATINA - País sede: Paraguai. Participantes: Brasil e Paraguai. Propósito: É um exercício binacional que permite o adestramento e o estreitamento dos laços de amizade.

e) ACRUX - País sede: Argentina e Paraguai. Participantes: Brasil, Argentina e Paraguai. Propósito: Exercício multinacional cujo propósito é realizar operação combinada e estreitar laços de amizade.

f) DIPLOMEX - País sede: Argentina. Participantes: Brasil, Uruguai e Argentina. Propósito: É um exercício multinacional que visa estreitar laços de amizade e intercâmbio de atividades de sinalização náutica.

g) UNITAS LIX FASE I e II - País sede: Argentina. Participantes: Brasil, EUA, Argentina e Uruguai. Propósito: Exercício que visa o adestramento e ao estreitamento de laços de amizade.

h) FRATERNO - País sede: Argentina. Participantes: Brasil e Argentina. Propósito: Exercício que tem por objetivo a ação de presença, além de estreitar laços de amizade.

i) ATLANTIS - País sede: Uruguai. Participantes: Brasil e Uruguai. Propósito: Exercício binacional que visa aperfeiçoar o adestramento de meios e estreitar os laços de amizade.

j) ATLASUR / IBSAMAR/MAPUTO - País sede: África do Sul. Participantes: Brasil, Índia, África do Sul e Moçambique. Propósito: Exercício que visa a ação de presença e estreitar laços de amizade.

k) FESTA NACIONAL FRANCESA - País sede: Guiana Francesa. Participantes: Brasil e França. Propósito: É um exercício binacional que objetiva a ação de presença, além de estreitar laços de amizade.

l) UNITAS LANT - País sede: Brasil. Participantes: Brasil, EUA, Argentina, Chile e Uruguai. Propósito: Exercício multinacional cujo objetivo é o adestramento e o estreitamento de laços de amizade.

m) PANAMAX - País sede: EUA. Participantes: Brasil, EUA e países latino-americanos. Propósito: Exercício realizado pelo Comando Sul dos Estados Unidos da América e que tem como objetivo principal a realização do planejamento combinado e conjunto, visando à constituição de uma Força Multinacional para atuação sob autorização do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

n) FELINO - País sede: Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Participantes: Brasil, Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Portugal e Timor Leste. Propósito: É um exercício multinacional que visa organizar e exercitar uma força-tarefa conjunta combinada (FTCC) da CPLP e testar os procedimentos de C2 em tempo de paz em situação de crise.

o) EXERCÍCIO DE COOPERAÇÃO EM CASOS DE DESASTRES - País sede: Argentina. Participantes: Brasil e Argentina. Propósito: Exercício multinacional de ação simples cujo enfoque principal é a integração das Forças Aéreas nos processos de planejamento, coordenação, comando e controle de operações aéreas em situações de desastres naturais, ajuda humanitária e Busca e Resgate. (BRASIL, 2020c):

ANEXO E - Tabelas

TABELA 1

Evolução do PIB, em USD Bilhões, dos Países da América do Sul

Ordem	País	2000	2005	2010	2015	2020
1	Argentina	284,20	198,73	423,62	594,74	383,06
2	Bolívia	8,39	9,54	19,65	33,00	36,68
3	Brasil	655,42	891,63	2.209,00	1.802,00	1.445,00
4	Chile	77,86	122,96	218,53	243,91	252,94
5	Colômbia	99,88	145,61	286,56	293,48	271,34
6	Equador	18,32	41,50	69,55	99,29	98,80
7	Guiana	0,71	0,82	3,43	4,28	5,47
8	Guiana Francesa	território ultramarino do Estado Francês				
9	Paraguai	8,85	10,73	27,23	36,21	35,30
10	Peru	51,74	76,06	147,52	189,80	202,01
11	Suriname	0,95	1,79	4,36	5,12	3,80
12	Uruguai	22,82	17,36	40,28	53,27	53,62
13	Venezuela	117,14	145,51	393,19	261,00	48,60
		1.346,28	1.662,24	3.842,92	3.616,10	2.836,62

Fonte: Tabela criada pelo autor utilizando dados do The World Bank disponível em https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD (Acesso em 12 Jul 2021). No caso específico da Venezuela, os dados referentes aos anos de 2015 e 2020 foram extraídos da publicação The Military Balance 2017 e The Military Balance 2021 respectivamente, ambas do The International Institute for Strategic Studies.

TABELA 2

Efetivo das Marinhas de Guerra dos Países da América do Sul

Ordem	País	2021
1	Argentina	16.400
2	Bolívia	4.800
3	Brasil	85.000
4	Chile	19.800
5	Colômbia	56.400
6	Equador	9.400
7	Guiana	200
8	Guiana Francesa	território ultramarino do Estado Francês
9	Paraguai	3.800
10	Peru	24.000
11	Suriname	240
12	Uruguai	5.000
13	Venezuela	25.500
	Total	250.540

Fonte: Tabela criada pelo autor utilizando dados extraídos da publicação The Military Balance 2021 do The International Institute for Strategic Studies.

TABELA 3

Gastos militares, em USD bilhões, dos Países da América do Sul

Ordem	País	2015	2016	2017	2018	2019
1	Argentina	5,48	4,51	5,46	3,84	3,14
2	Bolívia	0,58	0,55	0,57	0,62	0,60
3	Brasil	24,62	24,23	29,28	28,18	26,95
4	Chile	4,63	4,80	5,37	5,55	5,18
5	Colômbia	9,13	8,68	10,02	10,14	10,08
6	Equador	2,46	2,51	2,46	2,55	2,47
7	Guiana	0,46	0,52	0,60	0,62	0,68
8	Guiana Francesa	território ultramarino do Estado Francês				
9	Paraguai	0,39	0,34	0,35	0,39	0,40
10	Peru	3,31	2,54	2,67	2,65	2,73
11	Suriname	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
12	Uruguai	0,97	0,99	1,17	1,27	1,15
13	Venezuela	0,32	0,22	0,46	n/d	n/d
	Total	52,35	49,87	58,41	55,80	53,37

Fonte: Tabela criada pelo autor utilizando dados do The World Bank disponível em https://data.worldbank.org/indicator/MS.MIL.XPND.CD (Acesso em 20 Jul 2021).

TABELA 4

Principais meios navais dos Países da América do Sul – 2021

Ordem	País	Corveta	Fragata	Submarino	Destroier	NAM	Total
1	Argentina	7	4	1	1	0	13
2	Bolívia	0	0	0	0	0	0
3	Brasil	2	6	5	0	1	14
4	Chile	0	8	4	0	0	12
5	Colômbia	6	0	4	0	0	10
6	Equador	6	2	2	0	0	10
7	Guiana	0	0	0	0	0	0
8	Guiana Francesa	território ultramarino do Estado Francês					
9	Paraguai	0	0	0	0	0	0
10	Peru	7	7	6	0	0	20
11	Suriname	0	0	0	0	0	0
12	Uruguai	1	0	0	0	0	1
13	Venezuela	0	2	1	0	0	3
	Total	29	29	23	1	1	83

Fonte: Tabela criada pelo autor utilizando dados extraídos da publicação The Military Balance 2021 do The International Institute for Strategic Studies.

TABELA 5

Adestramento de Pessoal nos cursos ministrados no CAAML - 2015 à 2019

Or-dem	País	2015	2016	2017	2018	2019	Total
1	GAD - Guerra Acima d'Água	610	331	226	281	345	1.793
2	GAS - Guerra Anti-Submarino	17	31	41	48	52	189
3	COMGE - Comunicações e Guerra Eletrônica	734	669	523	853	771	3.550
4	CBINC - Curso de Combate a In-cêndio	2.807	3.028	2.625	2.952	2.938	14.350
5	AVEST - Avarias Estruturais	1.537	1.588	1.727	1.592	1.999	8.443
6	SOS - Socorro e Salvamento	335	340	377	395	520	1.967
7	SISTEMAS	54	80	73	95	121	423
8	PRISOC - Primeiros Socorros	554	690	577	742	806	3.369
9	GCCA - Grupo de Cursos de Car-reira	196	115	267	83	109	770
10	OUTROS	430	264	276	387	0	1.357
	Total	7.274	7.136	6.712	7.428	7.661	36.211

Fonte: Tabela criada pelo autor utilizando dados extraídos da publicação Anuário Estatístico da Marinha 2015 à 2019.

TABELA 6

Evolução das Despesas Discricionárias, em R$ bilhões, do Comando da Marinha – 2010 à 2019

Ano	Custeio	Investimento	Capitalizações	Total
2010	1,53	6,37	0,00	7,90
2011	1,73	4,40	0,00	6,13
2012	1,79	4,87	0,00	6,66
2013	1,54	4,96	0,00	6,50
2014	1,58	3,85	0,00	5,43
2015	1,13	2,16	0,00	3,29
2016	0,97	1,83	0,00	2,80
2017	1,24	2,81	0,23	4,28
2018	0,87	3,18	2,99	7,04
2019	1,06	2,09	7,15	10,30
Total	13,44	36,52	10,37	60,33

Fonte: Tabela criada pelo autor utilizando dados extraídos da publicação Livro Branco de Defesa Nacional – Brasil 2020.

TABELA 7

Evolução dos principais meios navais da Marinha do Brasil

Navio	2004	2015	2017	2020	2021
Fragata	7	9	9	7	6
Corveta	4	5	4	3	2
CT	4	0	0	0	0
Sb	4	5	5	5	5
NAe / NAM	1	1	1	1	1
Total	20	20	19	16	14

Fonte: Tabela criada pelo autor utilizando dados extraídos da publicação The Military Balance 2004 à 2021 do The International Institute for Strategic Studies.

TABELA 8

Evolução do PIB, em USD Bilhões, dos Países da costa ocidental da África

(Entorno Estratégico)

Ordem	País	2000	2005	2010	2015	2020
1	Senegal	6,04	11,06	16,12	17,77	24,91
2	Gâmbia	0,78	1,02	1,54	1,37	1,90
3	Guiné-Bissau	0,37	0,58	0,84	1,04	1,43
4	Guiné	2,99	2,93	6,85	8,79	15,68
5	Serra-Leoa	0,63	1,65	2,57	4,21	3,86
6	Libéria	0,87	0,94	1,99	3,17	2,95
7	Costa do Marfim	10,74	17,09	24,90	45,81	61,34
8	Gana	4,98	10,74	32,19	47,49	72,35
9	Togo	1,49	2,28	3,42	4,18	7,57
10	Benim	3,52	6,56	9,53	11,38	15,65
11	Nigéria	69,44	176,13	361,45	486,80	432,29
12	Camarões	10,10	17,95	26,16	30,92	39,80
13	Guiné-Equatorial	1,04	8,21	16,31	13,18	10,02
14	Gabão	5,08	9,58	14,37	14,38	15,59
15	República do Congo	3,22	6,64	13,13	11,88	10,88
16	República Democrática do Congo	19,08	11,96	21,56	37,91	49,86
17	Angola	9,13	36,97	83,79	116,19	62,30
18	Namíbia	3,92	7,24	11,43	11,33	10,70
19	África do Sul	136,36	257,77	375,34	317,62	301,92
20	Cabo Verde	0,53	0,97	1,66	1,59	1,70
21	São Tomé e Príncipe	0,08	0,13	0,19	0,32	0,47

Fonte: Tabela criada pelo autor utilizando dados do The World Bank disponível em https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD (Acesso em 29 Jul 2021).

TABELA 9

Gastos militares, em USD bilhões, dos Países da costa ocidental da África – (Entorno Estratégico)

Or-dem	País	2015	2016	2017	2018	2019
1	Senegal	214,82	304,76	305,44	385,13	349,04
2	Gâmbia	14,28	n/d	n/d	11,48	14,52
3	Guiné-Bissau	17,03	15,73	19,02	n/d	n/d
4	Guiné	221,41	161,85	181,63	197,07	195,07
5	Serra-Leoa	39,22	37,41	39,57	29,62	25,64
6	Libéria	14,79	14,71	13,33	13,72	16,64
7	Costa do Marfim	569,67	602,53	501,57	607,84	535,95
8	Gana	190,54	161,75	189,12	218,44	233,32
9	Togo	69,97	82,01	88,41	104,37	170,56
10	Benim	90,89	79,58	116,14	90,21	68,11
11	Nigéria	2.065,55	1.723,20	1.621,21	2.043,05	1.860,26
12	Camarões	353,81	387,43	408,15	429,89	422,29
13	Guiné-Equatorial	137,26	139,20	136,21	149,49	n/d
14	Gabão	170,37	202,81	267,43	261,21	266,37
15	República do Congo	n/d	501,81	371,93	292,26	299,95
16	República Democrática do Congo	491,27	395,73	295,23	295,34	352,70
17	Angola	3.608,28	2.764,05	3.062,87	1.983,61	1.470,93
18	Namíbia	518,20	425,38	456,08	455,56	410,41
19	África do Sul	3.488,86	3.169,75	3.637,67	3.670,40	3.465,13
20	Cabo Verde	8,92	10,17	9,35	10,71	9,72
21	São Tomé e Príncipe	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d

Fonte: Tabela criada pelo autor utilizando dados do The World Bank disponível em https://data.worldbank.org/indicator/MS.MIL.XPND.CDa (Acesso em 29 Jul 2021).

TABELA 10

Principais meios navais dos Países da costa ocidental da África (Entorno Estratégico) 2021

Ordem	País	CV	F	S	NAM	Total
1	Senegal	0	0	0	0	0
2	Gâmbia	0	0	0	0	0
3	Guiné-Bissau	0	0	0	0	0
4	Guiné	0	0	0	0	0
5	Serra-Leoa	0	0	0	0	0
6	Libéria	0	0	0	0	0
7	Costa do Marfim	0	0	0	0	0
8	Gana	0	0	0	0	0
9	Togo	0	0	0	0	0
10	Benim	0	0	0	0	0
11	Nigéria	1	1	0	0	2
12	Camarões	0	0	0	0	0
13	Guiné-Equatorial	1	1	0	0	2
14	Gabão	0	0	0	0	0
15	República do Congo	0	0	0	0	0
16	República Democrática do Congo	0	0	0	0	0
17	Angola	0	0	0	0	0
18	Namíbia	0	0	0	0	0
19	África do Sul	0	4	2	0	6
20	Cabo Verde	0	0	0	0	0
21	São Tomé e Príncipe	0	0	0	0	0

Fonte: Tabela criada pelo autor utilizando dados extraídos da publicação The Military Balance 2021 do The International Institute for Strategic Studies.

TABELA 11

Efetivo das Marinhas de Guerra dos Países da costa ocidental da África - (Entorno Estratégico)

Ordem	País	2021	Observação
1	Senegal	950	Efetivo
2	Gâmbia	300	Efetivo
3	Guiné-Bissau	350	Estimado
4	Guiné	400	Estimado
5	Serra-Leoa	200	Estimado
6	Libéria	60	Efetivo
7	Costa do Marfim	1.000	Estimado
8	Gana	2.000	Efetivo
9	Togo	200	Estimado
10	Benim	500	Estimado
11	Nigéria	25.000	Efetivo
12	Camarões	1.500	Estimado
13	Guiné-Equatorial	250	Estimado
14	Gabão	500	Estimado
15	República do Congo	800	Estimado
16	República Democrática do Congo	670	Estimado
17	Angola	1.000	Estimado
18	Namíbia	900	Estimado
19	África do Sul	6.800	Efetivo
20	Cabo Verde	100	Estimado
21	São Tomé e Príncipe	n/d	n/d

Fonte: Tabela criada pelo autor utilizando dados extraídos da publicação The Military Balance 2021 do The International Institute for Strategic Studies.

TABELA 12

Evolução de casos de Pirataria e Roubo armado contra navios - 2015 à 2019

Ordem	Região	Localização	2015	2016	2017	2018	2019	Total
1	Asia (Sudeste)	Indonésia	108	49	43	36	25	261
2	Asia (Sudeste)	Estreito de Malaca	5	0	0	0	0	5
3	Asia (Sudeste)	Malásia	13	7	7	11	11	49
4	Asia (Sudeste)	Filipinas	11	10	22	10	5	58
5	Asia (Sudeste)	Estreito de Singapura	9	2	4	3	12	30
6	Asia (Sudeste)	Tailândia	1	0	0	0	0	1
7	Asia (Leste)	China	4	7	2	3	3	19
8	Asia (Leste)	Vietnam	27	9	2	4	2	44
9	Subcontinente Indiano	Bangladesh	11	3	11	12	0	37
10	Subcontinente Indiano	Índia	13	14	4	6	4	41
11	Américas e Caribe	Brasil	0	0	0	4	2	6
12	Américas e Caribe	Colômbia	5	4	6	1	3	19
13	Américas e Caribe	República Dominicana	0	0	0	0	1	1
14	Américas e Caribe	Equador	0	0	2	4	3	9
15	Américas e Caribe	Guiana	0	2	1	2	0	5
16	Américas e Caribe	Haiti	2	4	1	3	2	12
17	Américas e Caribe	Mexico	0	1	0	0	1	2
18	Américas e Caribe	Panama	0	0	0	0	1	1
19	Américas e Caribe	Peru	0	11	2	4	10	27
20	Américas e Caribe	Venezuela	1	5	12	11	6	35
21	África	Argélia	0	0	0	0	1	1
22	África	Angola	0	2	1	0	0	3
23	África	Benim	0	1	0	5	3	9
24	África	Camarões	1	0	0	7	6	14
25	África	República Democrática do Congo	3	2	0	1	1	7
26	África	São Tomé e Príncipe	0	0	1	0	1	2
27	África	Egito	1	0	0	0	0	1
28	África	Guiné Equatorial	0	0	0	0	2	2
29	África	Gabão	0	0	0	0	1	1

30	África	Gana	2	3	1	10	3	19
31	África	Guiné	3	3	2	3	2	13
32	África	Golfo de Áden	0	1	3	1	0	5
33	África	Costa do Marfim	1	1	1	1	1	5
34	África	Quênia	2	2	1	0	1	6
35	África	Libéria	2	0	0	0	2	4
36	África	Marrocos	0	1	0	0	2	3
37	África	Moçambique	1	1	2	2	3	9
38	África	Nigéria	14	36	33	48	35	166
39	África	Mar Vermelho	0	0	1	0	0	1
40	África	Senegal	0	0	1	0	0	1
41	África	Serra Leoa	0	0	4	0	1	5
42	África	Somália	0	1	5	2	0	8
43	África	África do Sul	0	1	0	0	0	1
44	África	República do Congo	5	6	1	6	3	21
45	África	Togo	0	1	0	1	3	5
46	Demais Regiões	Oman	0	0	1	0	0	1
47	Demais Regiões	Papua Nova Guiné	1	0	0	0	0	1
48	Demais Regiões	Iêmen	0	1	3	0	0	4
	Total	Total	246	191	180	201	162	980

Fonte: Tabela criada pelo autor utilizando dados extraídos do relatório anual ICC IMB Piracy and Armed Robbery against ships – 2019 annual report. (IMB, 2019). Disponível em https://www.icc-ccs.org/reports/2019_Annual_Piracy_Report.pdf. Acesso em 31 Jul 2021.

TABELA 13

Evolução das Exportações / Importações, em USD (Valor FOB) do Brasil no período 2015 a 2019

Ano	Exportação	Importação	Saldo
2015	186.782.355.063	173.104.259.077	13.678.095.986
2016	179.526.129.214	139.321.357.653	40.204.771.561
2017	214.988.108.353	158.951.444.003	56.036.664.350
2018	231.889.523.399	185.321.983.502	46.567.539.897
2019	221.126.807.647	185.927.967.580	35.198.840.067
2020	209.180.241.655	158.786.824.879	50.393.416.776
Total	1.243.493.165.331	1.001.413.836.694	242.079.328.637

Fonte: Tabela criada pelo autor utilizando dados extraídos do Comex Stat que é um sistema para consultas e extração de dados do comércio exterior brasileiro. Disponível em http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/39249. Acesso em 31 Jul 2021.

TABELA 14

Principais parceiros comerciais, em USD (Valor FOB), do Brasil no ano 2020 (Exportações)

Países	Exportação
China	67.788.075.211
Estados Unidos	21.471.033.994
Argentina	8.488.738.068
Países Baixos (Holanda)	6.704.999.994
Canadá	4.229.943.109
Demais países	100.497.451.279
Total	209.180.241.655

Fonte: Tabela criada pelo autor utilizando dados extraídos do Comex Stat que é um sistema para consultas e extração de dados do comércio exterior brasileiro. Disponível em http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/39249. Acesso em 31 Jul 2021.

TABELA 15

Principais vias comerciais, em USD (Valor FOB), do Brasil no ano 2020 (Exportações)

Via	Exportação
Marítima	184.269.022.864
Aérea	12.658.740.167
Rodoviária	10.958.947.955
Demais Vias	1.293.530.669
Total	209.180.241.655

Fonte: Tabela criada pelo autor utilizando dados extraídos do Comex Stat que é um sistema para consultas e extração de dados do comércio exterior brasileiro. Disponível em http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/39249. Acesso em 31 Jul 2021.

TABELA 16

Índice de Exposição e Capacidade de Resposta a Pesca Ilegal, Não Regulamentada e Não Declarada - América do Sul

Ordem	País	Índice Consolidado
1	Argentina	2,13
2	Bolívia	n/d
3	Brasil	2,13
4	Chile	2,01
5	Colômbia	2,31
6	Equador	2,39
7	Guiana	2,29
8	Guiana Francesa	território ultramarino do Estado Francês
9	Paraguai	n/d
10	Peru	2,21
11	Suriname	2,12
12	Uruguai	1,89
13	Venezuela	2,36

Fonte: Tabela criada pelo autor utilizando dados extraídos do relatório The IUU Fishing Index, 2019 disponível em https://iuufishingindex.net/include/IUU-Report.pdf e do sítio https://iuufishingindex.net/. Acesso em 31 Jul 2021.

TABELA 17

Índice de Exposição e Capacidade de Resposta a Pesca Ilegal, Não Regulamentada e Não Declarada - costa ocidental da África (Entorno Estratégico)

Ordem	País	Índice Consolidado
1	Senegal	2,24
2	Gâmbia	2,23
3	Guiné-Bissau	2,33
4	Guiné	2,60
5	Serra-Leoa	3,01
6	Libéria	2,76
7	Costa do Marfim	2,24
8	Gana	1,98
9	Togo	2,47
10	Benim	2,37
11	Nigéria	2,39
12	Camarões	2,69
13	Guiné-Equatorial	2,25
14	Gabão	2,30
15	República do Congo	2,51
16	República Democrática do Congo	2,42
17	Angola	2,37
18	Namíbia	2,18
19	África do Sul	2,43
20	Cabo Verde	2,06
21	São Tomé e Príncipe	2,51

Fonte: Tabela criada pelo autor utilizando dados extraídos do relatório The IUU Fishing Index, 2019 disponível em https://iuufishingindex.net/include/IUU-Report.pdf e do sítio https://iuufishingindex.net/. Acesso em 31 Jul 2021.

TABELA 18

Apreensão de cocaína em KG equivalentes - América do Sul

Or-dem	País	2015	2016	2017	2018	2019	Total
1	Argentina	120.780,46	124.197,98	145.512,24	138.072,94	149.414,18	677.977,80
2	Bolívia	21.284,78	29.961,27	19.628,77	18.074,88	26.106,93	115.056,63
3	Brasil	27.222,50	41.471,64	48.047,20	79.291,80	104.581,89	300.615,03
4	Chile	17.613,61	18.896,62	18.574,36	18.032,66	11.997,35	85.114,60
5	Colômbia	1.076.287,91	1.448.533,37	1.100.894,12	915.883,57	986.769,99	5.528.368,96
6	Equador	110.841,51	97.774,68	83.570,67	79.399,26	38.904,40	410.490,52
7	Guiana	519,88	n/d	n/d	n/d	126,00	645,88
8	Guiana Francesa	território ultramarino do Estado Francês					
9	Paraguai	3.159,11	1.658,55	1.319,90	773,64	4.322,88	11.234,08
10	Peru	146.900,00	97.313,07	133.863,00	59.596,88	41.204,47	478.877,42
11	Suriname	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
12	Uruguai	211,00	286,55	178,88	755,82	12.022,59	13.454,84
13	Venezuela	250.931,94	36.480,71	33.902,18	35.534,52	28.792,90	385.642,25
	Total	1.775.752,70	1.896.574,44	1.585.491,32	1.345.415,97	1.404.243,58	8.007.478,01

Fonte: Tabela criada pelo autor utilizando dados extraídos do sítio https://dataunodc.un.org/data/drugs/Annual%20Drug%20Seizures. Acesso em 31 Jul 2021.

TABELA 19

Apreensão de cocaína em KG equivalentes - costa ocidental da África - Entorno Estratégico

Or-dem	País	2015	2016	2017	2018	2019	Total
1	Senegal	n/d	0,08	1,05	0,00	7,52	8,65
2	Gâmbia	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	0,00
3	Guiné-Bissau	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	0,00
4	Guiné	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	0,00
5	Serra-Leoa	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	0,00
6	Libéria	1,87	7,94	n/d	n/d	3,40	13,21
7	Costa do Marfim	18,08	96,32	5,12	1,29	1,40	122,21
8	Gana	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	0,00
9	Togo	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	0,00
10	Benim	308,21	168,99	45,76	49,22	1,12	573,30
11	Nigéria	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	0,00
12	Camarões	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	0,00
13	Guiné-Equatorial	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	0,00
14	Gabão	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	0,00
15	República do Congo	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	0,00
16	República Democrática do Congo	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	0,00
17	Angola	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	0,00
18	Namíbia	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	0,00
19	África do Sul	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	0,00
20	Cabo Verde	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	0,00
21	São Tomé e Príncipe	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	0,00
	Total	328,16	273,33	51,93	50,51	13,44	717,37

Fonte: Tabela criada pelo autor utilizando dados extraídos do sítio https://dataunodc.un.org/data/drugs/Annual%20Drug%20Seizures. Acesso em 31 Jul 2021

TABELA 20

Índice de impacto de terrorismo - América do Sul

Ordem	País	Índice Consolidado
1	Argentina	1,0240
2	Bolívia	2,7950
3	Brasil	2,4430
4	Chile	4,0310
5	Colômbia	6,1000
6	Equador	2,6060
7	Guiana	0,4770
8	Guiana Francesa	território ultramarino do Estado Francês
9	Paraguai	2,4140
10	Peru	2,1410
11	Suriname	n/d
12	Uruguai	0,0860
13	Venezuela	3,6580

Fonte: Tabela criada pelo autor utilizando dados extraídos do Global Terrorism Index 2020: Measuring the Impact of Terrorism. Disponível em https://www.visionofhumanity.org/wp-content/uploads/2020/11/GTI-2020-web-1.pdf. Acesso em 09 Ago 2021.

TABELA 21

Índice de impacto de terrorismo - costa ocidental da África (Entorno Estratégico)

Ordem	País	Índice Consolidado
1	Senegal	0,3910
2	Gâmbia	0,0000
3	Guiné-Bissau	0,0000
4	Guiné	0,4100
5	Serra-Leoa	0,2290
6	Libéria	0,1910
7	Costa do Marfim	1,9450
8	Gana	1,7430
9	Togo	0,0000
10	Benim	0,6630
11	Nigéria	8,3140
12	Camarões	6,6270
13	Guiné-Equatorial	0,0000
14	Gabão	1,4300
15	República do Congo	2,0430
16	República Democrática do Congo	7,1780
17	Angola	3,4290
18	Namíbia	0,0000
19	África do Sul	4,3580
20	Cabo Verde	n/d
21	São Tomé e Príncipe	n/d

Fonte: Tabela criada pelo autor utilizando dados extraídos do Global Terrorism Index 2020: Measuring the Impact of Terrorism. Disponível em https://www.visionofhumanity.org/wp-content/uploads/2020/11/GTI-2020-web-1.pdf. Acesso em 09 Ago 2021.